

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Ricardo da Silva Barcelos

ANÁLISE DAS AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS

São Sepé
2012

Ricardo da Silva Barcelos

ANÁLISE DAS AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a. Ana Mercedes Sarria Icaza

São Sepé
2012

Ricardo da Silva Barcelos

ANÁLISE DAS AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA
MARIA – RS

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Conceito final:

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Mercedes Sarria Icaza – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Aurora Carneiro Zen – UFRGS

Prof. Dr. Clezio Saldanha dos Santos – UFRGS

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Mercedes Sarria Icaza – UFRGS

RESUMO

A Economia Solidária tem se mostrado cada vez mais presente nas agendas governamentais, principalmente a partir do momento em que passou a ser tratada como alternativa de geração de trabalho e renda. O presente trabalho teve por objetivo verificar se as políticas públicas governamentais beneficiam os empreendimentos de Economia Solidária no Município de Santa Maria, com foco específico nos participantes do Feirão Colonial, evento que ocorre semanalmente no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, além de identificar o perfil destes indivíduos. A escolha do referido Município se deu em função da visibilidade adquirida no meio solidário pelas ações do Projeto Esperança/Cooesperança, e pela Feira de Economia Solidária dos Países do Mercosul. O estudo foi caracterizado como exploratório quanto ao tipo de pesquisa, e a abordagem para o problema adotada foi quantitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. A revisão da literatura incluiu tópicos referentes a políticas públicas voltadas para o tema estudado, bem como o detalhamento dos programas de governo nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Ao final do trabalho, foi dedicado um capítulo à análise dos resultados, em que há um detalhamento dos principais dados obtidos, sua interpretação à luz dos objetivos pretendidos e as inferências consideradas pertinentes. Por fim, foram elaboradas as considerações finais, as sugestões para trabalhos futuros e propostas para melhoria das ações de Economia Solidária de forma geral.

Palavras-chave: Economia solidária, políticas públicas, associativismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	6
1.2 OBJETIVOS	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	7
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
2.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ACERCA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRICO E PANORAMA MUNDIAL.....	13
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	17
3 METODOLOGIA	19
4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL	21
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	33
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA.....	36
4.3.1 O papel da Rede Cáritas.....	37
4.3.2 O Projeto Esperança/Cooesperança	39
5 RESULTADOS OBTIDOS	46
5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	46
5.2 PERCEPÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PELOS EMPREENDEDORES NO FEIRÃO COLONIAL.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
APÊNDICES	72
APÊNDICE A – Questionário para levantamento de dados.....	73
APÊNDICE B – Números da Feira Estadual do Cooperativismo	76
APÊNDICE C – Planilha de tabulação dos dados	77

1 INTRODUÇÃO

A competitividade inerente aos processos produtivos atualmente requer das empresas o constante aperfeiçoamento de suas atividades, bem como a constante necessidade de inovação. Como consequência direta disto, as empresas que não conseguem melhorar seus processos, produtos ou serviços a custos condizentes com seu porte, acabam por ser suprimidas do mercado, aumentando os níveis de desemprego. A necessidade latente decorrente desse desemprego obriga aqueles por ela afetados a buscar formas alternativas de renda. Conforme Sousa (2008), ocorre uma reestruturação produtiva que traz mudanças para a forma como a sociedade se organiza, refletindo-se principalmente em formas associativas de empreendimentos.

Amato Neto (2000) destaca que os novos ambientes produtivos têm requerido formas alternativas de organização do trabalho, em específico no sentido de grupos multifuncionais, e que este fator é preponderante para a adoção de políticas que beneficiem o associativismo e a formulação de redes colaborativas. A adoção de políticas públicas que incentivem pequenos produtores ou empresários a trabalhar de forma cooperativa ou em regime de Economia Solidária, é uma alternativa para a redução das desigualdades sociais. Conforme destaca Malmegrin (2010) ao tratar de redes públicas de cooperação, um dos rumos que o cooperativismo está tomando é o de colaboração competitiva, de onde surge o conceito de co-opetição, que consiste no “comportamento estabelecido entre indivíduos ou organizações, no qual as relações competitivas e colaborativas se processam ao mesmo tempo” (MALMEGRIN, 2010, p. 18). A partir desta perspectiva, tem-se como salutar a competição entre os atores sociais integrantes da rede com vistas à inovação tecnológica e ao aperfeiçoamento dos processos produtivos. Por outro lado, a cooperação responde pelo ganho de competitividade, e em alguns casos, proporciona ao pequeno produtor/empresário sobreviver em um mercado em que sozinho dificilmente teria condições de se estabelecer.

1.1 DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O tema Economia Solidária surgiu, de acordo com Singer (2003), como forma de inclusão social do produtor na busca pela igualdade de direitos diante das grandes empresas, bem como em função da precarização das relações no mercado de trabalho e da exclusão social que parece ser inerente ao capitalismo. O modo de produção capitalista e as tendências consumistas que são observadas atualmente, bem como o fortalecimento de marcas através de ações de *marketing*, resultam no aumento do consumo de produtos de marcas consolidadas de grandes empresas. Por outro lado, a percepção da qualidade não mais é reduzida apenas a dimensões como durabilidade e conforto, mas considera também fatores como procedência e condições em que o produto/serviço é fornecido/prestado. Este tipo de percepção por parte dos indivíduos faz destes consumidores mais conscientes, inclusive levando-os a optar por produtos alternativos. De acordo com pesquisa realizada por Ferreira (2011) na Feira de Economia Solidária dos Países do Mercosul (Feira de EcoSol) em Santa Maria – RS, observou-se no contexto amplo, através de testes como *Gap* da qualidade correlacionando a qualidade percebida com a qualidade desejada, que a referida feira atendeu com qualidade às exigências e necessidades dos consumidores.

A Feira Estadual do Cooperativismo (Feicoop) ocorre anualmente no município de Santa Maria, juntamente com a Feira de EcoSol, e reúne um grande número de empreendimentos solidários, entidades, pastorais sociais, organizações governamentais e não governamentais, e movimentos populares (CÁRITAS, 2011). As feiras tiveram início inspiradas pelas ideias e princípios do Fórum Social Mundial, sendo que a Feicoop realizou sua décima oitava edição em 2011, e a EcoSOL sua sétima edição.

Em termos de políticas públicas voltadas para o tema, o Governo Federal implementou a partir de 2004 o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE (MTE, 2011). No mesmo ano, as ações de Economia Solidária passaram a contar com dotação orçamentária própria, o que se configurou em um grande avanço em termos de políticas públicas de cunho social.

No município de Santa Maria, foi editada no mês de agosto do ano de 2008 a Lei Municipal n. 5.150/2008, que instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária, além de criar um Conselho Municipal para deliberar sobre o tema. A finalidade da referida Lei é exposta em seu artigo 1º, qual seja, “criar ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos cooperativos e autogestionários, organizados de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores (...)”.

A escolha do referido município para a realização deste trabalho se deu principalmente em função da realização anual da Feira de Economia Solidária dos Países do Mercosul, com sua sétima edição ocorrida no mês de julho de 2011, concomitante a 18ª Feira Estadual do Cooperativismo, o que deixa Santa Maria em destaque no cenário de Economia Solidária no Estado. No entanto, cabe destacar que o escopo do projeto é mais amplo do que apenas a análise deste evento, e procurará responder ao seguinte problema de pesquisa:

“Na opinião dos empreendedores em Economia Solidária, qual o impacto das políticas públicas governamentais na gestão deste tipo de projeto em Santa Maria?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o impacto das políticas públicas governamentais nos empreendimentos do Projeto Esperança/Cooesperança na Economia Solidária em Santa Maria.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Analisar o perfil dos empreendedores participantes de atividades de Economia Solidária na cidade de Santa Maria;
- b. Identificar as razões que levaram estas pessoas a realizar este tipo de atividade.
- c. Identificar como os empreendedores avaliam a atuação dos gestores em cada esfera.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os empreendimentos de Economia Solidária, conforme exposto anteriormente, surgem como alternativa ao desemprego e a desigualdade social extremada dele decorrente. Observa-se que o Governo Federal desenvolve um projeto de mapeamento da Economia Solidária em âmbito nacional e regional, através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, reunindo um bom número de informações e estatísticas referentes ao número de empreendimentos, ramos de atuação, atividades desenvolvidas, dentre outras. No entanto, a análise do ponto de vista dos empreendedores, com relação ao impacto das políticas públicas em suas atividades pode ser mais bem explorada.

O presente trabalho é relevante pelo fato de serem crescentes as ações de Economia Solidária na região central do Estado, seja como atividade principal do empreendedor ou ainda como forma de complementação de renda. Ao identificar-se até que ponto as políticas públicas beneficiam ou não os empreendimentos, poder-se-á utilizar a informação gerada como base inicial para discussões acerca do tema junto aos atores envolvidos. De modo geral, pretende-se verificar em que medida as políticas públicas influenciam as atividades dos empreendimentos de Economia Solidária.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este item do trabalho buscará esclarecer e uniformizar conceitos como políticas públicas, Economia Solidária e outros dela derivados, bem como apresentar um histórico e panorama do tema, tanto em âmbito mundial como regionalizado.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O atendimento das demandas sociais requer do gestor público e dos responsáveis pela aprovação do orçamento público em cada esfera uma ampla sensibilidade para identificar quais delas são prioritárias, dado que os recursos orçamentários são limitados. Além disso, as pressões oriundas dos diversos atores sociais, bem como as divergências políticas e ideológicas entre os representantes do povo nas casas legislativas, por vezes dificultam a atuação do gestor e o ataque aos problemas mais urgentes, e conseqüentemente a implementação de políticas públicas.

Rua (2009, p. 19) expõe que “políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Definições interessantes destes termos são encontradas no trabalho de Frey (2000), que afirma que *policy* diz respeito à configuração dos programas políticos, seus problemas técnicos e, em síntese, “ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000, p. 217). Já a definição de *politics* envolve o processo político propriamente dito, por vezes de caráter conflituoso no que tange aos seus objetivos, conteúdos e às decisões de distribuição, ou seja, o alcance ou público-alvo da política pública. Frey (2000) insere ainda neste debate um terceiro conceito bastante relevante para o entendimento do cenário em que ocorre a formulação de políticas, que é o de *polity*. Segundo o autor, *polity* refere-se à ordem do sistema político, englobando o sistema jurídico e ainda a estrutura institucional do sistema político-administrativo.

Seguindo o raciocínio, Rua (2009) expõe que a formulação de políticas passa ainda pela análise de políticas públicas. Wildavsky (*apud* RUA, 2009) destaca que o papel da análise de políticas é encontrar problemas em que soluções possam ser aplicadas para que se busquem melhorias.

Siman (2005) elenca pelo menos oito modelos de análise de políticas públicas propostos por Dye (1981): (1) modelo institucional, (2) de processo, (3) de grupos, (4) de elites, (5) racional, (6) incremental, (7) teoria dos jogos e (8) modelo de sistema. Para fins deste trabalho, dar-se-á enfoque aos dois primeiros modelos de análise citados.

O *modelo institucional* de análise de políticas públicas é aquele que enfatiza o papel do Estado na formulação das mesmas, sem levar em consideração se a estrutura institucional é adequada para o atingimento dos objetivos da política. De acordo com a interpretação, pode-se inferir que a estrutura do ente estatal, bem como o comportamento de seus indivíduos dentro da organização pode facilitar alguns tipos de políticas como prejudicar ou obstruir outros (SIMAN, 2005). Com relação ao comportamento dos indivíduos enquanto atores sociais dentro da organização, é relevante destacar que as relações que ocorrem dentro desta podem ser de cunho formal ou informal, e ambas são encontradas em maior ou menor grau nas instituições. Nesse sentido, Bergue (2010) expõe que um dos grandes desafios de um gestor público está na compreensão e na manutenção do equilíbrio entre as relações formais e informais, visto que o excessivo grau de formalismo pode gerar ineficiência e morosidade, impactando negativamente no resultado esperado da política. Por outro lado, o autor destaca ainda que a ausência de formalização não traz benefícios, pois tende a resultar em incertezas e ausência de previsibilidade.

De acordo com o *modelo de processo*, a política é composta por uma série de atividades agrupadas que formam um processo político. Rua (2009) afirma, nesse sentido, que as políticas públicas são resultantes desse processo/atividade política, e que esta consiste da resolução pacífica de conflitos. Siman (2005) trata o referido processo dividindo-o em cinco etapas: identificação do problema, formulação das propostas, legitimação, implementação e avaliação. Esta concepção do processo vai ao encontro da proposição de Rua (2009) para definição do ciclo das políticas públicas, sendo que esta última pormenoriza o ciclo, trazendo as etapas a seguir:

- a. Formação de agenda: é o reconhecimento de uma situação como problema cabível de integrar as atividades governamentais. Nesta primeira etapa o problema é identificado, definido e analisado. Neste momento do ciclo é que se verifica, conforme mencionado anteriormente, a necessidade de o gestor público identificar e priorizar as demandas, e tratá-la como um problema passível de integrar a agenda.
- b. Formulação de alternativas e tomada de decisão: momento em que os atores envolvidos propõem alternativas de solução do problema. É comum nesta etapa a existência de algum conflito, dado que geralmente existe uma gama de atores envolvidos que possuem interesses diferenciados. Dessa forma, busca-se o equilíbrio entre as partes para a tomada de decisão.
- c. Implementação: é a aplicação e a execução da decisão tomada na etapa anterior, momento em que “as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade (RUA, 2009, p.38);
- d. Avaliação/monitoramento: etapas que se sobrepõem, e têm por objetivo subsidiar as decisões do gestor quanto aos ajustes da política, além de avaliar o resultado obtido relativamente ao esperado.

Ainda com relação ao tema, Malmegrin (2010) sugere como ferramenta para operacionalização das políticas públicas, o ciclo PEAC – Planejamento, Execução, Avaliação e Controle – para gestão das mesmas. A característica mais marcante do ciclo é a ideia de continuidade, visto que ele deriva da ferramenta de melhoria contínua PDCA, popularizada por William Edwards Deming e bastante usada em organizações que buscam o constante aperfeiçoamento da qualidade.

2.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ACERCA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O tema Economia Solidária tem entre seus principais estudiosos Paul Singer (2003), que vincula o termo a uma reação dos trabalhadores frente às desigualdades geradas pelo capitalismo, com enfoque principal nesta relação entre o capital –

detentores de recursos – e o trabalho. Razeto (*apud* Buzzatti, 2007), define Economia Solidária como:

[...] formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo de produção, comércio, financiamento de serviços, etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas (1993, p. 40).

É interessante verificar, nesta concepção, principalmente os termos solidariedade e autogestão. Uma das características verificadas em Economia Solidária é a participação coletiva e democrática nos empreendimentos, bem como o compartilhamento dos meios de produção. Neste sentido, nota-se uma franca oposição ao sistema capitalista, que prega a propriedade privada dos referidos meios. Por outro lado, pode-se inferir que, segundo Arruda (*apud* Buzzatti, 2007), a Economia Solidária surgiu como alternativa ao capitalismo, tirando o valor central do capital e repassando-o ao ser humano.

Gaiger (1999, *apud* Cordeiro *et al* 2010) apresenta outra definição para Economia Solidária, que complementa o conceito anteriormente proposto, mas reforça o enfoque anticapitalista:

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano – e não do capital – de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.

Mais uma vez pode ser observada a referência à autogestão, denotando um modo de trabalho colaborativo e regado pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Cabe também destacar a definição de Economia Solidária proposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao qual é vinculada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Nesta, o termo consiste no “conjunto de

atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (MTE, 2011).

Ainda de acordo com o MTE e à luz do conceito proposto, são quatro as características básicas dos empreendimentos em Economia Solidária, resumidas a seguir:

- 1) **Cooperação:** é necessário que haja interesses e objetivos comuns, além da propriedade coletiva dos bens e da partilha dos resultados.
- 2) **Autogestão:** práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das estratégias e da coordenação das ações e rumos a serem dados aos empreendimentos.
- 3) **Dimensão econômica:** uma das bases motivacionais para a reunião dos esforços.
- 4) **Solidariedade:** envolve a distribuição justa dos resultados, o compartilhamento das oportunidades para melhoria das condições de vida dos participantes, e ainda, na manutenção de um ambiente saudável e do bom relacionamento com a comunidade local.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRICO E PANORAMA MUNDIAL

Conforme Motchane (*apud* Rodrigues, 2003), não há um consenso sobre o surgimento das atividades de Economia Solidária, sendo que os primeiros relatos seriam da década de 50. No entanto, este tipo de atividade teria aumentado na década de 80, com o crescimento dos níveis de desemprego na Europa. Westphal (2008) traz em seus trabalhos o conceito de solidarismo, sistema social centrado na solidariedade, e que pode ter dado origem aos primeiros empreendimentos solidários, na virada do século XIX para o século XX. Souza (2003) indica que o desemprego crescente explica ou contribui apenas parcialmente para o surgimento da Economia Solidária. Nas palavras do autor, o fator chave é a crise da sociedade salarial, dado que continuamente mais pessoas têm se submetido a condições de trabalho desumanas, como jornadas de trabalho excessivamente longas, remuneração insuficiente para satisfação das necessidades básicas de

sobrevivência e legislações trabalhistas que não defendem os interesses daqueles a quem se destinam. Como o autor bem observa, “os engajados em atividades informais e precárias são no fundo candidatos a empregos formais, de maior qualidade, caso eles venham a existir” (SOUZA, 2003, p. 27). Esta afirmação permite uma reflexão sobre a importância da atuação governamental em pelo menos duas frentes: a primeira delas é com relação ao desenvolvimento de políticas públicas que atinjam eficazmente o contingente de pessoas que estão na informalidade; a outra, no fortalecimento das relações trabalhistas, por meio de leis que protejam mais os trabalhadores.

Lechat (2002) expõe que foram criadas na Inglaterra e nos Estados Unidos diversas aldeias cooperativas durante o século XIX, mas que estas não conseguiram sobreviver por muitos anos, principalmente pelas reações das classes patronais, que não viam com bons olhos estas ações da classe operária. A autora destaca ainda que “a mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial” (LECHAT, 2002, p. 5).

Após a 2ª Grande Guerra, diversas transformações de ordem econômica geraram inovações principalmente em termos de sistemas produtivos (FERREIRA, 2011). Isto resultou em uma busca cada vez mais frenética por lucratividade. Surgiram conceitos como globalização e empresas multinacionais, e as distâncias ficaram menores, pois as fronteiras deixaram de se apresentar como barreiras para a produção e comercialização. Souza (2003) observa que a globalização que se desenrola através dos últimos cinquenta anos gerou uma migração do capital, que tende a se deslocar para regiões em que se tenham menores custos de produção associados a maiores índices de produtividade. Em parte, é desta migração do capital que surge o desemprego estrutural.

Paez (2001) demonstra, no entanto, que o embrião do conceito de Economia Solidária é muito mais antigo, com base em sua análise dos relatos de Vega¹. Nas palavras deste último, o povo Inca dividia suas terras primeiramente em três partes: uma para o Sol, uma para a Natureza e uma para o Inca. Feita a divisão, o preparo da terra acontecia de forma ordenada, sendo que primeiramente eram preparadas as terras do Sol, e, em seguida – e aqui se tem um primeiro vislumbre de

¹ VEGA, Garcilazo Inca de la. *Comentarios reales de los Incas*. V. 05; 1 ed., Lisboa, 1609 (apud PAEZ, 2001, p. 25-26).

solidariedade – as terras de viúvas, órfãos e impossibilitados por velhice ou motivo de doença (considerados pobres). Finalizado este processo, caberia a cada um preparar as suas, ajudando-se em mutirão. De acordo com Paez (2001, p. 26-27),

Quinhentos anos depois, a base do desenvolvimento econômico continua, em grande parte, sustentada em formas e sistemas de produção, distribuição e consumo sobre o trabalho associado, a empresa familiar, a microempresa, a pequena empresa e a denominada economia informal, que mesmo fundamentada sobre certo individualismo, não é possível ser regida pelas regras do mercado capitalista.

Uma alternativa às condições socioeconômicas desfavoráveis surgiu em Israel, sob o nome de *kibutzim*, expressão derivada do termo *kibutz*, que em hebraico significa “estabelecimento coletivo” (GOMIDE, 2003). Este é um modelo de cooperativa integral baseado em princípios e valores do socialismo, que se originou das atividades de jovens judeus integrantes do Movimento Sionista. O movimento, de cunho político e filosófico, de acordo com Herzl (*apud* GOMIDE, 2003), defendeu o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado judaico independente. De acordo com o autor, a formação da Organização Sionista foi fator determinante para que as ideologias fossem aplicadas na prática:

Assim, em 1910, num pedaço de terra, na margem oriental do rio Jordão (sul do mar da Galileia), surge Degania, o primeiro *kibutz* israelense: um estabelecimento agrícola formado por dez homens e duas mulheres, solteiros e sem filhos. “Deram a si mesmos o nome de *kyutza*, que em hebraico significa grupo.” *Dagan* é o termo hebraico para designar cereal (GOMIDE, 2003, p. 146).

O objetivo destas pessoas pioneiras com Degania era fundar ali uma colônia comunitária, baseada nos princípios de cooperativismo e solidariedade, em que o dinheiro não fosse utilizado como moeda de troca. Os integrantes da colônia se responsabilizariam pela produção e pela prestação dos serviços sociais, além de zelar pelas necessidades individuais de todos os seus membros (KÉREN, s.d. *apud* GOMIDE, 2003).

Além dos *kibutzim*, outra experiência em moldes semelhantes foi a experimentada no País Basco espanhol, que consistiu em um “modelo de cooperativismo de produção (atualmente múltiplo) formado por uma rede de cooperativas surgidas na década de 1950 e reestruturadas nos anos de 1970, a partir dos novos parâmetros de competitividade: Mondragón” (LIMA, 2004, p. 48).

Este se tornou um dos principais produtores de eletrodomésticos e de carrocerias de ônibus, tendo filiais em outros países, inclusive fora da Europa. O autor reforça ainda que estes complexos cooperativistas eram pautados por princípios autogestionários e de intercooperação, o que possibilitava a formação de uma rede e ainda proporcionava a manutenção da competitividade pela inovação tecnológica. Ortellado (2003) discorre sobre as características desta associação:

O complexo cooperativo de Mondragón assumiu, desde há algumas décadas, a posição privilegiada de paradigma e exemplo máximo de como podem ser combinadas estruturas cooperativas democráticas e desempenho capitalista eficiente. Sempre que se levanta a possibilidade de uma organização democrática e o interlocutor objetiva apontando para os imperativos econômicos do capitalismo, o primeiro argumento é Mondragón. De forma que discutir Mondragón é discutir, em certo sentido, a possibilidade de empreendimentos cooperativos em setores altamente competitivos e tecnologicamente avançados – teste último da organização democrática. (ORTELLADO, 2003, p. 177).

O complexo teve início em meados de 1956 e, em 2002, reuniu por volta de 30.000 trabalhadores em 109 fábricas (PEREIRA, 2007). A autora expõe que um dos fatores determinantes para o sucesso do complexo foi a cooperação estabelecida entre seus integrantes e o Estado em diversos temas, como projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos sobre a evolução da economia regional (SANTOS 2002, *apud* PEREIRA, 2007). Morais *et al* (2011) expõe que em 2009 subiu para 250 o número de cooperativas associadas, com presença em países como Brasil, China, Índia, México, Rússia e Estados Unidos, totalizando aproximadamente 70.000 associados.

Ortellado (2003) promove uma reflexão interessante acerca da estrutura do complexo a partir da análise de seu estatuto e das instâncias que este dispõe. A instância suprema do complexo fica por conta da Assembleia Geral, em que todos os trabalhadores participam e têm direito a voto. A seguir está a Junta Reitora, e abaixo, o Conselho Gestor, cabendo à primeira determinar as estratégias de longo prazo, planos de inserção no mercado e metas de produção; ao segundo cabe a implementação das determinações dadas pela Junta. Além destes, outros dois órgãos importantes compõem a estrutura organizacional: o Comitê de Auditoria e o Conselho Social. O ponto digno de comentário é que os membros da Junta Reitora, eleitos democraticamente a cada dois anos para um mandato de quatro anos, mantêm seus salários originais. A justificativa para isso é evitar que os trabalhadores

se elejam apenas para aumentar seus salários, e também para diminuir a percepção de desigualdade entre trabalhadores (o chão de fábrica) e os gestores.

Paul Singer (2008), em entrevista dada a Paulo de Salles Oliveira, afirma que atualmente o complexo de Mondragón tem investido em países onde a mão-de-obra é mais barata, o que descaracteriza os princípios preconizados por seus fundadores. A seguir, trecho da entrevista que ilustra a afirmação.

No Brasil, por exemplo, eles têm sucursal e um representante, assim como na China, na Checoslováquia, no México, lugares em que os direitos trabalhistas são poucos e os salários são baixos. É o que todos fazem, o capitalismo todo está indo para a periferia. Acontece que, nesses países, Mondragón cria empresas capitalistas e hoje explora o trabalho dos que ali residem; eles praticam a democracia no País Basco, mas fora não. Isso cria problemas seríssimos para eles do ponto de vista de consciência; quer dizer, se são contra a exploração, como é que fazem isso? Um argumento usado por eles é o de que não encontraram espírito de Economia Solidária em outros países, os trabalhadores não conhecem essa cultura (SINGER, 2008, p. 299).

Santos e Borinelli (2010) indicam que a Economia Solidária ruma no sentido da formação de “cooperativas solidárias, articuladas em redes complementares que possibilitam o seu fortalecimento diante de um ambiente inóspito, aglutinando e integrando instituições variadas como universidades, centros de pesquisa, ONGs e o próprio poder público” (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 20). Nesse sentido, o apoio do Estado e de suas Instituições será fundamental para incentivar iniciativas de Economia Solidária bem como para consolidar projetos em andamento. Os autores fazem ainda uma consideração importante, defendendo a formação de parcerias entre o poder público e as iniciativas de Economia Solidária, “fazendo com que estas se tornem fornecedoras privilegiadas de algumas das demandas públicas” (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 21).

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Ao que tudo indica, a Economia Solidária surgiu como alternativa ao desemprego e a desigualdade decorrente do sistema capitalista, que tende a concentrar a riqueza nas mãos de poucos. No Brasil, segundo informações do MTE (2011), a Economia Solidária foi fortalecida ao fim do século XX, como resposta dos

trabalhadores às formas de exclusão e exploração crescentes no mundo do trabalho. O crescimento da informalidade em função do enfraquecimento das relações trabalhistas, apesar de trazer prejuízos aos cidadãos, contribuiu para o desenvolvimento de formas associativas de pequenos empreendimentos.

Pochmann (2004) aponta três condições importantes referentes ao momento econômico e social nacional que, reunidas, contribuem para o crescimento e fortalecimento da Economia Solidária, apesar de impactarem negativamente no mercado de trabalho:

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista (POCHMANN, 2004, p. 23).

O impacto negativo fica por conta das atividades ilegais, também enquadradas no segmento não organizado do trabalho, como por exemplo, o tráfico de drogas. A terceira condição exposta pelo autor, diz respeito ao engajamento social e político de militantes que buscam alternativas de organização social e laboral no país:

São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida (POCHMANN, 2004, p. 24).

A última afirmação do autor denota a necessidade de os representantes do povo manterem um diálogo com os atores demandantes não só de políticas públicas, mas que lutam pelo seu reconhecimento e valorização enquanto cidadãos, já que aqueles são responsáveis pelo suprimento das condições para que o trabalhador de Economia Solidária possa desenvolver suas atividades, e estes, os excluídos, representam o elo fraco da corrente. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas que fomentem o associativismo e a cooperação é fundamental.

3 METODOLOGIA

O objetivo da metodologia científica é estudar os métodos que identificam os caminhos a serem percorridos para o atingimento dos objetivos a que a pesquisa se propõe (LOVATO, EVANGELISTA e GÜLLICH, 2007). Método é, nas ciências, o conjunto de processos empregados para uma investigação e para demonstrar a verdade (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007).

O primeiro passo no desenvolvimento de um trabalho científico é a pesquisa bibliográfica, que pode ser desenvolvida independentemente ou associada a outras modalidades (FACHIN, 2001, p. 114). Dentre estas, podem ser citadas as pesquisas de campo, histórica, laboratorial, documental, ou outras. Nas palavras de Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental”. Além disso, os autores destacam que “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema” (*ibid.* p. 61).

Gil (2002) classifica as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, explicativas e descritivas. Este trabalho fez uso da pesquisa exploratória, que conforme o autor, “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1991, p.44).

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como quantitativa, apresentando características como (TERENCE e ESCRIVÃO, 2006): (1) método de inferência dedutivo; (2) instrumento de coleta de dados apresentando questões objetivas, e com aplicação em um curto espaço de tempo; (3) um plano de pesquisa desenvolvido antes do início do estudo e; (4) preocupação em aferir questões como quantidade, frequência e intensidade. Esta abordagem objetivou descrever a percepção dos envolvidos a partir das informações por eles fornecidas. Complementarmente, utilizou-se a pesquisa documental para o levantamento de informações sobre as políticas públicas. A pesquisa foi de cunho correlacional, visto

que nenhuma variável sofreu influência, e o levantamento dos dados foi realizado no Feirão Colonial.

Com relação às técnicas de pesquisa, utilizou-se o questionário, elaborado a partir da adaptação de instrumento semelhante utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego². Lakatos e Marconi (2001) diferenciam questionário e formulário, pois este é preenchido pelo entrevistador com base nas respostas do entrevistado, enquanto aquele é preenchido sem a presença do pesquisador. Uma de suas principais vantagens se comparado à entrevista, apontadas por Cervo, Bervian e Da Silva (2007), é que os respondentes tendem a se sentir mais confiantes para preenchê-lo devido ao anonimato, possibilitando coletar informações e respostas mais reais. O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 3 e 24 de março de 2012, durante o Feirão Colonial, evento que ocorre aos sábados no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter. O tratamento dos dados foi feito com o auxílio de planilhas eletrônicas.

Para efeitos de cálculo amostral, foi feito um levantamento com base em observação relativo ao número de indivíduos que compunham a população de empreendedores do Feirão Colonial. Estimou-se então uma população média de 100 indivíduos. A partir dessa informação foi calculada a amostra com base em um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%. A amostra resultante foi de 80 indivíduos.

As principais limitações relativas a esta técnica consistem em um baixo retorno do número de questionários distribuídos, e a possibilidade de surgirem dúvidas durante o preenchimento, que não poderão ser sanadas pelo pesquisador em razão de sua ausência.

² Para mais detalhes, vide <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=RS>.

4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas públicas focadas em Economia Solidária no Brasil são de responsabilidade das três esferas de Governo, e basicamente são fundamentadas na promoção e fomento deste tipo de atividade, e na difusão do conceito como alternativa de geração de trabalho e renda. Na esfera Federal, a Economia Solidária é uma área de atuação vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, tem-se como principal órgão afeto ao tema a Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE, responsável pela coordenação das políticas em sua esfera de competência. Já em termos locais, no Município de Santa Maria a coordenação das ações fica a cargo da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL

A Economia Solidária passou a ser foco específico de políticas públicas do Governo Federal a partir do ano de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, o MTE considera como entidades de apoio e fomento à Economia Solidária todas as organizações, públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ações nas modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos de Economia Solidária (MTE, 2012). A SENAES foi criada através da Lei n. 10.683/2003 e instituída pelo Decreto 4.764 do mesmo ano, com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território brasileiro, além da geração de emprego e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE, 2012).

As competências da SENAES foram estabelecidas mediante outro ato do poder público, o Decreto n. 5.063, de oito de maio de 2004, que em seu artigo 18 estatui:

Art. 18. À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de Economia Solidária no âmbito do Ministério;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de Economia Solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à Economia Solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da Economia Solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da Economia Solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da Economia Solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência (Decreto 5.063, 2004).

Além dessas atribuições, a SENAES é responsável pela manutenção do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), através de sua Comissão Gestora Nacional (CGN) e das Comissões Gestoras Estaduais (CGE). Estas últimas são compostas pelas Superintendências Regionais do MTE, por representantes de fóruns estaduais, universidades e movimentos sociais atuantes em Economia Solidária.

O SIES visa à formação de um banco de dados que identifique e caracterize os empreendimentos de Economia Solidária em todo o país. Dentre os objetivos pretendidos pela secretaria por meio do SIES estão: a formação de uma base

nacional de informações sobre a Economia Solidária; fortalecimento e integração dos empreendimentos através do cadastramento de catálogos de produtos e serviços, além do cadastramento de redes; proporcionar maior visibilidade à Economia Solidária e consequente apoio da sociedade e; subsidiar processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para o tema (MTE, 2012). Basicamente, o funcionamento do SIES compreende sete etapas: (1) pré-listagem dos Empreendimentos de Economia Solidária; (2) capacitação de Equipes Técnicas Estaduais; (3) visita aos empreendimentos para coleta de dados; (4) revisão dos questionários para validação; (5) alimentação da base de dados; (6) análise da consistência e tratamento da base de dados, e; (7) divulgação dos resultados.

Um fator importante em relação à utilização do SIES é a participação de diferentes segmentos de atores sociais na operacionalização do sistema, desde gestores públicos até os próprios participantes de empreendimentos. Estes últimos não só como fonte de coleta de dados, mas também através de capacitação proporcionada pelas Comissões Gestoras Estaduais.

Vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego está também o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado pelo mesmo ato que instituiu a SENAES. O CNES é um órgão consultivo e propositivo que atua como elo entre a sociedade e os setores governamentais vinculados à Economia Solidária (MTE, 2012). Relativamente a sua composição, o Conselho possui as seguintes instâncias: Plenário, Comitê Permanente, Comitês Temáticos e Secretaria Executiva. Para fins deste estudo, cabe elencar os Comitês Temáticos, que são responsáveis pelo desenvolvimento de estudos e formulação de propostas concernentes às suas atribuições, a saber: (1) Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo; (2) Crédito e Finanças Solidárias; (3) Formação e Assistência Técnica; (4) Institucionalidade da Política Nacional, e; (5) Marco Jurídico.

Em março de 2011 ocorreu a X Reunião Ordinária do CNES, e, dentre as temáticas discutidas, abordou-se a de Economia Solidária como estratégia para erradicação da pobreza extrema no país. Na mesma reunião discutiu-se também o andamento do Projeto da Lei Nacional de Economia Solidária, o que pode representar um avanço significativo nas metas governamentais de redução das desigualdades sociais. Sobre o assunto, o CNES já havia se manifestado através da

Recomendação n. 1, de 24 de outubro de 2007, em que indica a necessidade de substituição da Lei n. 5.764/71 (Lei Geral do Cooperativismo) por “nova lei que não apenas atenda aos anseios sociais, mas também se submeta aos princípios do fortalecimento da democracia e ditames constitucionais” (CNES, 2007). O argumento apresentado é que, segundo o levantamento efetuado nos dois anos anteriores, identificou-se que as grandes barreiras encontradas pelos empreendedores, como o acesso ao crédito e a mercados, por exemplo, são causados pela dificuldade que os mesmos enfrentam para se formalizar como cooperativas. A recomendação se deu no sentido de que o Governo Federal desse maior celeridade ao processo de formulação de uma nova lei para o cooperativismo, que levasse em consideração pelo menos as seguintes condições:

- 1) Liberdade de representação, possibilitando à cooperativa o poder de decidir a que sistema de representação gostaria de se filiar, bem como o direito a não se filiar a nenhum sistema;
- 2) Simplificação da criação e registro de cooperativas, sem a necessidade de autorização de nenhum ente privado de representação; e,
- 3) Diferenciação de cooperativas economicamente vulneráveis, que sejam passíveis de concessão de benefícios tributários e fiscais, bem como alvo de políticas de fomento por parte do Governo Federal.

Outro componente bastante importante na luta por melhores condições aos empreendimentos solidários é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que foi oficializado no ano de 2001 durante o I Fórum Social Mundial. Através da mobilização do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) no referido evento, foi ministrada uma oficina intitulada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, da qual participaram aproximadamente 1.500 pessoas, que discutiram temas como auto-organização de trabalhadores, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais (FBES, 2012).

No ano de 2002, o GT-Brasileiro elaborou uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política para o Desenvolvimento”, na qual apresentava diretrizes gerais da Economia Solidária, além de reivindicar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

A atuação do Fórum se dá em três frentes: (1) empreendimentos solidários, (2) entidades de assessoria e fomento e (3) gestores públicos. O FBES promove a articulação entre estes atores, ampliando o debate e propondo ferramentas para fomento e desenvolvimento da Economia Solidária, bem como para fortalecer o movimento junto aos gestores na tomada de decisão concernente às políticas públicas.

Em 2004 iniciou-se a implantação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, logo após a criação da SENAES junto ao MTE, ano que também foi marcado pela dotação orçamentária própria com que as ações de Economia Solidária passaram a contar. Isso se deu com a inclusão do programa no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do Governo Federal. De acordo com o Ministério do Trabalho, duas características são fundamentais na política nacional de Economia Solidária: a transversalidade e a intersetorialidade. Em outros termos, a Economia Solidária leva em consideração as demais políticas governamentais de geração de emprego e renda, combate à pobreza e inclusão social.

Com a manutenção do programa no PPA 2008-2011, buscou-se ampliar seu escopo através de uma melhor delimitação de suas linhas de ação, dentre as quais se destacam: formação e assistência técnica aos empreendimentos e suas redes; fomento às finanças solidárias (bancos comunitários e fundos rotativos solidários), e; elaboração de um marco jurídico para a Economia Solidária, que garanta o direito ao trabalho associado. Além destas novas medidas, continuar-se-á buscando a integração e institucionalização de políticas nas três esferas governamentais, e a capacitação de gestores públicos e de agentes de desenvolvimento solidário pelo Brasil. Estes últimos atuando diretamente nas comunidades, com a missão de conhecer as potencialidades econômicas locais, fomentar novos empreendimentos, assessorar os existentes, estimular o fortalecimento de espaços coletivos e, fundamentalmente, articular os gestores em torno do tema da Economia Solidária (MTE, 2012).

O programa tem como objetivo principal o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária através de políticas integradas, visando à geração de emprego e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE, 2012). Já os objetivos específicos do programa são:

- a. Difusão e fortalecimento dos empreendimentos autogestionários principalmente por meio de fomento e assistência e profissional;
- b. Apoiar materialmente entidades e agências de apoio e fomento à Economia Solidária;
- c. Criar e propor medidas para a articulação e incentivo das ações de incentivo às finanças solidárias, por meio de bancos comunitários e fundos rotativos, principalmente pela ampliação da escala de suas operações;
- d. Intervir na reformulação do arcabouço legal e jurídico que regula atualmente as cooperativas, e propor a criação de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário;
- e. Articular cadeias produtivas, sempre levando em conta o consumo ético e responsável para que se possa construir o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- f. Estimular e promover a produção de conhecimentos e tecnologias voltados para o tema economia solidários;
- g. Manter o SIES, por meio de sua ampliação e atualização periódica, e;
- h. Fortalecer os espaços de organização e participação da sociedade civil e entes governamentais na formulação de políticas públicas.

O primeiro dos objetivos específicos elencados trata do apoio através de projetos de cooperação elaborados de forma participativa e que levem em consideração as nuances das dimensões cultural e também territorial. Exemplos de assessoramentos operacionalizados a partir desse objetivo se dão na área de plano de negócios e plano de marketing. No quadro a seguir, tem-se alguns projetos que são apoiados.

Quadro 1 – Exemplos de projetos apoiados pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

Título do projeto	Resumo
Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico	Projeto apoiado pela SENAES para organização de uma cadeia produtiva do algodão orgânico, que reúne: produção de algodão agroecológico por agricultores familiares organizados em associação em Tauá (Ceará); produção industrial dos fios por duas cooperativas de

	São Paulo, e; confecção nas cooperativas e demais empreendimentos do Sul do país (coordenados por cooperativa de Porto Alegre – RS).
Cadeia Produtiva do Mel	Projeto que teve a participação da SENAES com o apoio à proposta da Rede Abelha para a criação de Casas do Mel, unidades-modelos onde são realizados todos os processos de beneficiamento, envasamento e distribuição para a comercialização do produto. A articulação se deu a partir do momento em que a SENAES identificou que a maior dificuldade das cooperativas e associações nordestinas era fundamentada no não atendimento às normas definidas para a produção do mel.
Cadeia de Coleta de Materiais Recicláveis	A coleta de materiais recicláveis é tida como alternativa de sobrevivência para trabalhadores que vivem e trabalham nas ruas das cidades brasileiras. Ainda se constata um alto nível de exploração desses trabalhadores por parte de atravessadores e depósitos que compram o material coletado por preços irrisórios. As ações direcionadas vão desde o apoio à organização e formação dos trabalhadores até a disponibilização de recursos para a infraestrutura dos espaços onde realizarão suas atividades. O objetivo é possibilitar ao trabalhador a oportunidade de agregar valor aos materiais coletados para posterior comercialização.
Cadeia Produtiva da Música Independente	Ações que visam a difusão, a mobilização e a reorganização dos trabalhadores da cena musical independente, indicando a necessidade de atuação na área da produção cultural, com ênfase à produção cultura local e independente

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (adaptado pelo autor).

O Projeto Brasil Local segue a mesma linha dos projetos supramencionados, fomentando a organização de empreendimentos autogestionários, e facilitando seu acesso a políticas públicas governamentais. No caso específico do Brasil Local, sua execução é realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em conjunto com órgãos do Governo Federal. As principais atividades beneficiadas são a agricultura familiar, a prestação de serviços, o artesanato e o vestuário (MTE, 2012). Um aspecto distintivo deste em relação a outros programas consiste na priorização dada a empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores), beneficiários do Programa Bolsa Família, trabalhadores desempregados e comunidades contempladas pelos Territórios da Cidadania (BRASIL LOCAL, 2012). A coordenação das atividades na

região sul do país é feita pela Associação do Voluntariado e da Solidariedade – Avesol.

O incentivo às finanças solidárias acontece através da orientação para formação dos bancos comunitários, fundos rotativos solidários e entidades que atuem com o microcrédito produtivo. Algumas das ações orientadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária neste sentido consistem em:

- 1) Convênios com entidades que atuam como bancos comunitários para desenvolvimento de atividades de formação e divulgação junto à população local, estimulando o financiamento de atividades produtivas;
- 2) Convênios com entidades que já mantêm fundos rotativos solidários ou que tenham interesse de criá-los, e;
- 3) Articulação e acordos de cooperação com bancos públicos, para que disponibilizem recursos financeiros não reembolsáveis a entidades que atuam com fundos rotativos solidários (MTE, 2012).

Os bancos comunitários são definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego como projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que prestem serviço financeiro em rede de natureza associativa e comunitária. Os recursos são voltados para a geração de trabalho e renda, e os bancos são de propriedade da comunidade, responsável por geri-los.

Os fundos rotativos são aqueles mantidos por entidades da sociedade civil ou organização comunitária, com finalidade de financiar projetos associativos de produção de bens e serviços.

Tanto os bancos comunitários quanto os fundos rotativos seguem as diretrizes do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, que tem por objetivos (1) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, (2) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e (3) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado (MTE, 2012).

No sítio do PNMPO encontra-se a definição adotada pelo Governo Federal para Microcrédito Produtivo Orientado, a saber:

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

No Município de Santa Maria existem pelo menos duas instituições habilitadas pelo MTE e que participam do PNMPO, que são a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Santa Maria, e a Instituição Comunitária de Crédito Central – RS (ICCC-RS).

Outra frente de atuação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento se dá na organização da comercialização dos produtos e serviços gerados pelos empreendimentos de Economia Solidária. As ações neste âmbito são voltadas para a construção de redes de comercialização de empreendimentos, além da constituição de espaços voltados para esse fim, e fortalecimento daqueles já existentes. As iniciativas compreendem o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, a promoção de feiras de Economia Solidária e apoio a projetos de implantação de centrais de armazenamento e distribuição, entre outras. Dentre estas medidas, é importante destacar o papel das feiras na dinamização dos negócios/empreendimentos, dado que ocorre a manutenção das relações entre produtores e consumidores. Além disso, a instalação de um sistema de comércio justo e solidário objetiva delimitar parâmetros para as relações comerciais, normas para a participação no Sistema, e ainda, aferir e divulgar quais produtos/serviços respeitam as normas, inclusive mediante a criação de uma marca ou selo, o que seria equivalente a uma norma de qualidade equivalente às certificações dadas a empresas.

O Governo Federal tem ainda como objetivo vinculado ao programa, estimular a institucionalização de políticas públicas voltadas para Economia Solidária, o que implica na inclusão definitiva do tema na agenda governamental. A principal ação vinculada a este objetivo é a criação de Centros Públicos de Economia Solidária, que consistem de espaços físicos destinados às atividades de comercialização, formação e articulação local, podendo ser realizadas por organizações governamentais ou não governamentais.

São dignos de nota ainda outros programas criados e gerenciados pelo Governo Federal ao longo dos últimos anos, voltados para a Economia Solidária e a agricultura familiar, descritos no quadro a seguir.

Quadro 2 – Síntese de programas do Governo Federal afetos à Economia Solidária

Título	Objetivo(s) principal(is)	Público-alvo	Ação que se complementa com Economia Solidária	Vínculo institucional
Abastecimento Agroalimentar	Contribuir para a expansão sustentável da produção por meio da geração de excedentes para exportação e regularização do abastecimento interno; proporcionar segurança alimentar para a população brasileira.	Agricultores familiares, associações e cooperativas de produção agropecuária.	Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Rede Solidária de Restaurantes Populares	Ampliar a oferta de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas a preços acessíveis.	População de baixa renda e comunidades vulneráveis.	Apoio à instalação de Restaurantes Populares Públicos e de pequenas unidades de produção e comercialização de alimentos.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
Acesso à Alimentação	Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação regular.	Habitantes de comunidades de baixa renda, ou em territórios prioritários do Fome Zero e assentados da reforma agrária.	Apoio à produção de alimentos para autoconsumo; construção de cisternas; apoio à instalação de bancos de alimentos.	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
ALFA Inclusão	Alfabetização de jovens e adultos e desenvolvimento de uma consciência empreendedora por parte dos alfabetizando em suas comunidades.	Jovens com idade entre 18 e 24 anos	Metodologia inovadora de alfabetização e empreendedorismo.	Ministério da Educação.
TERRA SOL	Criar meios para o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária em bases solidárias; incrementar as atividades econômicas sustentáveis; valorizar características, experiências e potencialidades locais.	Famílias de assentados em projetos de reforma agrária.	Agregação de valor à agroindústria e comercialização; fomento à agroecologia; fomento ao artesanato.	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
PRONAF	Fortalecer a agricultura familiar promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.	Agricultores familiares	Disponibilização de insumos para a agricultura familiar; fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.	Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional.
Educação do Campo – PRONERA	Fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais.	Jovens e adultos moradores de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária criados pelo INCRA ou por órgãos estaduais da terra.	Educação de jovens e adultos no campo; Concessão de bolsa de capacitação profissional em assistência técnica.	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços que promovam o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e renda sustentável.	Produtores rurais organizados em cooperativas e associações (formais afiliadas a Organização das Cooperativas Brasileiras e com mais de três anos de atuação) e cooperativas em geral.	Apoio à implantação da administração autogestionada em cooperativas; apoio a Intercooperação (INTERCOOP).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Programa Cultura Viva	Identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando o desenvolvimento humano sustentável;	Populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino público; habitantes de regiões e municípios com grande	Capacitação de artistas, técnicos e produtores em artes e cultura em áreas habitadas por populações de baixa	Ministério da Cultura.

	incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania.	relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro.	renda; instalação e modernização de espaços culturais – Pontos de Cultura.	
Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR	Combater a situação de desemprego e subemprego em comunidades pobres rurais ou urbanas, situadas nas áreas prioritárias da política nacional de desenvolvimento regional sustentável.	Empreendedores, artesãos, trabalhadores autônomos, assentados da reforma agrária atores sociais e de populações residentes em áreas deprimidas.	Capacitação profissional e a organização produtiva, direcionadas aos arranjos produtivos locais identificados e incentivados pelos demais programas de desenvolvimento regional; promoção de cooperação técnica e financeira para a legalização de empreendimentos produtivos.	Ministério da Integração Nacional.
Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOPERSOL	Apoiar à organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais, a elevação da renda e o aumento de empregos no meio rural.	Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e os empreendedores solidários, associações e cooperativas.	Qualificação de dirigentes e, funcionários e sócios; apoio às instâncias organizativas; redes estaduais de assessoria e consultoria, com vistas a constituir uma base técnica especializada; fortalecimento do capital social – PRONAF Cooperativo; acesso ao crédito rural.	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, extrativistas e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar.	Agricultores e agricultoras familiares, assentados por programas da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores, povos da floresta.	Apoio a programas de capacitação de agricultores e jovens rurais, promoção da formação e fortalecimento de redes de serviços de ATER nos estados, municípios e territórios.	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária	Educação básica e qualificação profissional de jovens e adultos – nível fundamental.	Jovens entre 18 e 24 anos de idade analfabetos ou com escolarização incompleta no nível fundamental.	Ações formativas integradas entre: elevação da escolaridade, qualificação profissional, cidadania e solidariedade.	Ministério da Educação.
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento de seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva.	Territórios das mesorregiões do país definidas como prioridade pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, entre eles a metade sul do RS.	Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo.	Ministério da Integração Nacional.
Ciência e Tecnologia para inclusão social	Apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovações tecnológicas que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais.	Instituições Públicas, Municípios e Governos Estaduais e Organizações civis sem fins lucrativos	Apoio à inovação tecnológica apropriada ao Desenvolvimento Local Sustentável; apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional; apoio à pesquisa e a inovação para o Desenvolvimento Social; fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas da dinâmica de inovação em desenvolvimento regional.	Ministério da Ciência e Tecnologia.
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda	Gerar e manter emprego e renda para a população através de linhas de crédito que são disponibilizadas pelos programas específicos de financiamento disponíveis no sistema financeiro.	Associações e Cooperativas regularizadas. Trabalhadores desempregados, trabalhadores por conta própria. Micro e pequenos empresários.	O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) é um conjunto de linhas de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tanto na área	Ministério do Trabalho e Emprego.

			urbana quanto na área rural.	
Resíduos Sólidos Urbanos	Incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos.	Catadores de resíduos, coletores de lixo (lixões), trabalhadores cooperativados em coleta e reciclagem de resíduos e famílias trabalhando em lixões.	Melhoria dos serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, envolvendo implantação ou adequação de aterros sanitários, centrais de reciclagem e compostagem, equipamentos para coleta e acondicionamento.	Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Trabalho e Emprego.
Programa Crédito Solidário	Financiar habitação para população com renda de até 3 salários mínimos, com projetos apresentados por cooperativas ou associações de trabalhadores, a ser pago em 20 anos, com custo financeiro limitado exclusivamente à correção monetária.	Famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até três salários mínimos, residente em áreas urbanas ou rurais.		Ministério das Cidades.

Fonte: Medeiros, 2005 (adaptado pelo autor).

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresentou um significativo avanço em sua contribuição aos empreendimentos de Economia Solidária a partir do mandato 2011-2014 do governador Tarso Genro. A partir da criação da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE – pela Lei 13.601, de 1º de janeiro de 2011, as ações voltadas para o segmento passaram a contar com uma secretaria específica. O artigo 36 da referida lei atribui as competências à SESAMPE, a saber:

Art. 36. Compete à Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa:

- I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho;
- II - proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda;
- III - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária;
- IV - promover, incentivar e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas, inclusive por meio de investimento comercial, industrial e de serviços;
- V - apoiar e promover projetos que estimulem a geração de trabalho e renda com foco na Economia Solidária;
- VI - executar o registro de empresas;
- VII - apoiar o empreendedorismo e a competitividade de micro e pequenas empresas;
- VIII - apoiar o desenvolvimento de projetos microempresariais na área de gestão e de tecnologia da informação;
- IX - gerir fundos de desenvolvimento na sua área de competência;
- X - promover a formação, a educação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão;
- XI - promover a incubação e a assistência técnica para implementação de empreendimentos da Economia Solidária;
- XII - apoiar técnica e financeiramente a recuperação e a reativação de empresas por trabalhadores;
- XIII - fomentar a comercialização de produtos e serviços;
- XIV - implementar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária e dar suporte administrativo ao Conselho do setor (Lei n. 13.601, 2011).

O objetivo estratégico da SESAMPE, definido pelo Poder Executivo é “promover e ampliar a inserção das micro e pequenas empresas no mercado

nacional e internacional e estimular as cooperativas e a economia popular e solidária” (SESAMPE, 2012).

A estrutura da secretaria é composta por três diretorias – (1) Administrativa, (2) Economia Solidária e (3) Micro e Pequena Empresa, cada uma conduzindo projetos de sua competência. Para fins deste estudo e do tema escolhido, pelo menos dois projetos podem ser destacados.

O Projeto Rede RS de Microcrédito objetiva o atendimento das demandas financeiras de atividades produtivas de pequeno porte, a partir da ampliação do acesso ao microcrédito no Estado. De acordo com notícia publicada no sítio da SESAMPE, o programa deverá oferecer aos pequenos e microempreendedores do Estado, e também aos empreendedores em Economia Solidária, recursos para investimento a taxas de juros inferiores às praticadas pelo mercado, sem comprometer a sustentabilidade do sistema, sendo que para o mandato do atual Governo, as cifras podem chegar ao valor de R\$ 2 bilhões. Os recursos para os financiamentos serão oriundos parte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente, a proposta do Governo é de oferecer linhas de crédito com valores entre R\$ 500 e R\$ 20.000 (SESAMPE, 2012).

Dentro deste projeto encontra-se o Programa Gaúcho de Microcrédito, criado pela Lei n. 13.839, de 5 de dezembro de 2011, que instituiu ainda a Política Estadual de Fomento à Economia de Cooperação, criou o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular Solidária³ e deu outras providência relativas ao cooperativismo. Dentre as diretrizes propostas pelo artigo 2º da Lei, no tocante à Economia solidária, destacam-se aquelas trazidas nos incisos que seguem:

Art. 2º. São diretrizes da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação:

- I - promover o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas, das regiões e das economias locais;
- II - promover o desenvolvimento com distribuição da riqueza e da renda socialmente produzida de forma a impulsionar o desenvolvimento endógeno;

³ O Programa de Economia Popular Solidária leva em consideração os dispositivos da Lei n. 13.531, de 21 de outubro de 2010, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado. Em seu artigo 2º estão elencados os requisitos cumulativamente necessários para que os empreendimentos sejam enquadrados no setor de “Economia Popular Solidária” (Lei n. 13.531, 2010).

III - promover as cadeias e arranjos produtivos locais, as redes de cooperação, o cooperativismo e a economia popular e solidária e o microcrédito como instrumentos do desenvolvimento econômico e regional;
VI - promover a solidariedade, a cooperação, o associativismo e a formação de redes como meio de fortalecimento da atividade econômica;
VII - estimular a auto-organização de empresas, de trabalhadores e de instituições em Arranjos Produtivos Locais – APLs –, com governança participativa, coordenação e plano de desenvolvimento próprio;
XII - fortalecer a cooperação, o associativismo e a autogestão dos trabalhadores em empreendimentos produtivos de economia popular e solidária;
XIII - reduzir os desequilíbrios regionais, sociais e ambientais;
XIV - fortalecer as ações de combate e erradicação da fome e da pobreza (Lei n. 13.601, 2011).

O artigo 3º da referida Lei traz em seu inciso III uma definição para economia popular solidária que vai ao encontro daquelas tratadas anteriormente, destacando ainda que se trata de uma “nova lógica de desenvolvimento sustentável...” (Lei n. 13.601, 2011):

Art. 3º. Para os fins desta Lei, considera-se:

III - economia popular e solidária: o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma da autogestão, que aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, cujos resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (Lei n. 13.601, 2011).

Com um viés mais específico, o Governo do Estado trabalha no Projeto de Apoio e Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária, que tem por objetivo fortalecer os empreendimentos já existentes e estimular o surgimento de novos, promovendo o crescimento da economia através do desenvolvimento local integrado e sustentável. Fazem parte do público-alvo do projeto trabalhadores organizados coletivamente, associações e grupos de produtores ou consumidores, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores e geridas em sistema de autogestão, instituições de finanças solidárias, cooperativas de trocas, entre outras (SESAMPE, 2012).

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

O Município de Santa Maria, situado no centro geográfico do Rio Grande do Sul, é referência estadual em Economia Solidária pela visibilidade adquirida com o desenvolvimento do Projeto Esperança/Cooesperança, responsável pela promoção de feiras semanais durante o ano, e também pela realização anual da Feira de Economia Solidária dos Países dos Mercosul – Feira de EcoSOL, e pela Feira do Cooperativismo – FEICOOP. No Município, o órgão ao qual a Economia Solidária está vinculada é a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, por meio de sua Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária.

A Lei Municipal n. 5.150 de 21 de agosto de 2008, sancionada pelo então Prefeito Valdeci de Oliveira, instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária, que no âmbito da respectiva esfera governamental, é o marco regulatório das políticas públicas voltadas para o tema. Os incisos de I a VI do artigo 2º desta Lei elencam as linhas de operacionalização do Programa nos seguintes eixos: (I) Formação, educação em autogestão e cooperativismo popular, (II) Educação técnica e profissionalizante, (III) Capacitação do processo produtivo, (IV) Microfinanciamento, (V) Comercialização, (VI) Incubagem de Economia Popular e Solidária, e (VII) Incentivo à produção ecológica.

São competências da Secretaria, atribuídas pelo artigo 5º da Lei aqui tratada, a serem executadas por meio da Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária:

Art. 5º. Compete à Secretaria de Município de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, através da Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária:

- I – Promover e coordenar o Programa;
- II – Assegurar os recursos financeiros para a implementação do Programa com a criação de projeto/atividade específico;
- III – Prestar apoio institucional e político, definir créditos a serem priorizados, bem como observar diretrizes, metas e fases de execução estabelecidas em instrumentos firmados com os Agentes do Programa;
- IV – Estabelecer critérios de priorização para assistência aos empreendimentos junto aos Agentes do Programa;
- V – Definir, junto ao Conselho Gestor e aos Agentes do Programa, os parâmetros de avaliação quanto à adequação dos empreendimentos aos princípios requeridos para adesão ao Programa;

- VI – Desenvolver, aprimorar, repassar e adaptar a metodologia de trabalho do Programa;
- VII – Firmar acordos, convênios ou termos de cooperação técnica, financeira e de fiscalização com agentes do programa para sua plena execução (Lei n. 5.150, 2008).

A Lei enfatiza ainda que os recursos destinados ao fomento serão disponibilizados na Lei Orçamentária Anual, mediante programas que obrigatoriamente devem constar no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.3.1 O papel da Rede Cáritas

A Cáritas é definida por Souza (2007) como um organismo vinculado a Igreja Católica na forma de uma rede denominada *Cáritas Internationalis*, com sede no Vaticano e presente em 200 países e territórios, atuando principalmente em questões como direitos humanos e assistenciais. A Cáritas Brasileira foi fundada em 1956, e “é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que lhe permite fazer convênios com órgãos do governo” (SOUZA, 2007, p. s/n). Sua criação por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve o objetivo de articular as obras sociais da Igreja Católica, bem como assumir a distribuição dos “Alimentos Para a Paz”, ação baseada em programa do Governo norte-americano chamado *Foods for Peace*, que durou até meados do ano de 1974. Este fato obrigou a Cáritas a se reestruturar relativamente ao seu modo de atuação, e o assistencialismo foi substituído por uma metodologia que englobava ideias de educação de base e de promoção humana (CÁRITAS, 2012).

A partir de 1990 a Cáritas Brasileira passou a promover iniciativas inovadoras como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), e passou a formar equipes estáveis a nível nacional, regional e local – neste último caso com a participação das dioceses dos municípios. Estas equipes, atualmente, passaram a ser compostas por alguns membros fixos, pois tal necessidade foi observada a partir do aumento do número de PACs. Estas pessoas passaram a assumir o planejamento, monitoramento, avaliação e a sistematização das atividades, além de priorizar melhorias de gestão, sustentabilidade institucional e a formação dos agentes. Além

disso, foram criadas Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas (CÁRITAS, 2012).

Souza (2007) apresenta uma definição para os PACs a partir da observação de sua condução por parte da Cáritas. Nas palavras do autor:

Os Projetos Alternativos Comunitários – PACs - são pequenas iniciativas populares, nascidas a partir do apoio financeiro dado pela Cáritas. A finalidade latente é o estímulo à vivência comunitária e à participação nas pastorais, bem como nos movimentos sociais. Os PACs são interpretados pela Cáritas como instrumentos pedagógicos para uma ação social de novo tipo, supostamente não paternalista, nem assistencialista. Eles seriam espécie de “escola” de cidadania, geradora de uma formação tanto profissional, quanto política (SOUZA, 2007).

Atualmente, a Cáritas Brasileira possui em sua rede 173 entidades membros, distribuídas em 12 Regionais: Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Norte 2 (que inclui os Estados do Amapá e do Pará), Nordeste 2 (incluindo Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba), Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) e Espírito Santo. O sítio da Cáritas Brasileira destaca ainda que a atuação da rede ocorre “na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, na perspectiva de políticas públicas” (CÁRITAS, 2012). Esta afirmação vai ao encontro das diretrizes e princípios da instituição, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Cáritas Brasileira: diretrizes e princípios

Diretrizes Institucionais	Princípios
<ol style="list-style-type: none"> 1. Defesa e promoção de direitos; 2. Incidência e controle social em políticas públicas; 3. Construção de um projeto de desenvolvimento solidário sustentável; 4. Fortalecimento da Rede Cáritas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Defesa e promoção da vida humana; 2. Defesa e proteção da sociobiodiversidade; 3. Mística e espiritualidade libertadora; 4. Ecumenismo, diálogo interreligioso e intercultural; 5. Cultura da solidariedade; 6. Relações igualitárias de gênero, raça, etnia e geração; 7. Protagonismo dos excluídos e excluídas; 8. Projeto de sociedade solidária e sustentável; 9. Democracia participativa.

Fonte: Cáritas, 2012 (adaptado pelo autor).

O Rio Grande do Sul possui 14 entidades filiadas à Rede Cáritas/RS, nos municípios de Bagé, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santo Ângelo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Vacaria.

4.3.2 O Projeto Esperança/Cooesperança

O Projeto Esperança/Cooesperança completará 25 anos em 2012, tendo se originado a partir da análise do livro “A pobreza, riqueza dos povos”, do autor africano Albert Tévoédjrè. Este serviu de subsídio para que o Bispo Dom Ivo Lorscheiter, da Diocese de Santa Maria propusesse o desafio à Caritas/RS de criar Projetos Alternativos Comunitários que contemplassem o combate ao desemprego, à fome e à exclusão social (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2012).

O projeto nasceu no ano de 1987, mas sua gênese remete a meados dos anos 70 e início dos 80 com a experiência adquirida por Dom Ivo em suas passagens pelo Rio de Janeiro, onde foi influenciado pelo modelo pastoral adotado por Dom Helder Câmara, que contemplava diversos projetos sociais, dentre eles a Feira da Providência (ICAZA e FREITAS, 2006). Em um primeiro momento, Dom Ivo se dispôs a organizar uma feira anual – a Feira da Primavera – com o objetivo de articular os trabalhadores da região e arrecadar fundos para a criação do Banco da Esperança, também inspirado no modelo utilizado no Rio de Janeiro. A primeira edição da Feira da Primavera ocorreu em 1975, e dois anos após foi fundando o Banco da Esperança, que desde 1987 até a presente data tem em sua diretoria a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, personagem muito importante para o desenvolvimento da Economia Solidária no Município.

A atuação de Dom Ivo nestes primeiros anos marcou uma nova filosofia religiosa no município, em que à Igreja não caberia apenas pregar a religião, mas contribuir para o desenvolvimento social daqueles menos afortunados. A partir de 1982, surgem os primeiros grupos de estudo em um trabalho conjunto entre a Diocese da cidade, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS). Buscou-

se interpretar o livro de Tévoédjrè e refletir acerca de alternativas para o modelo de desenvolvimento da época, e os anos que se seguiram serviram para estreitar os laços entre EMATER e UFSM como instituições parceiras do Banco da Esperança.

No ano de 1984, os Projetos Alternativos Comunitários são oficializados como importantes linhas de ação social para combate ao desemprego e a exclusão social, levando em consideração o associativismo e a solidariedade para os empreendimentos.

Em 1986 a Diocese de Santa Maria iniciou as tratativas com a MISEREOR, uma instituição alemã coordenada por Bispos da Igreja Católica, que luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina (MISEREOR, 2012), e com a *Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe*, entidade católica alemã de cooperação para desenvolvimento dos países do hemisfério sul (ICAZA e FREITAS, 2006). A partir da assinatura de um convênio no mesmo ano, e com a captação de recursos oriundos deste, criou-se um fundo de financiamento para novos PACs na região e foi construído um terminal de comercialização direta na cidade, que passou a abrigar feiras semanais. De acordo com a Irmã Lourdes, em um primeiro momento a comercialização ocorreu de forma improvisada, pois os produtores chegavam a transportar sua mercadoria em ônibus de linha.

Em agosto de 1987 é fundado o Projeto Esperança, que “surge como uma nova linha de ação do Banco da Esperança, com a função de congregiar todos os projetos econômicos comunitários em um grande projeto, que assumisse o processo de fomento e assessoria” (ICAZA e FREITAS, 2006), sem deixar de lado o desenvolvimento dos grupos na realização do processo de transformação social pelos quais estes passariam. A coordenação do Projeto Esperança foi assumida pela Irmã Lourdes que, desde o início, tomou frente aos ideais e contribuições oriundas da utilização dos PACs. Um dos primeiros empreendimentos vinculados ao Projeto foi o de uma fábrica de cuias, e envolveu professores dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica da UFSM. Além destes, participaram ativamente da viabilização do empreendimento a Irmã Lourdes e o próprio Bispo Dom Ivo.

Com as dificuldades enfrentadas para a comercialização dos produtos no terminal de venda direta, buscou-se a criação de uma cooperativa de comercialização, que foi fundada em 1989 sob a denominação Cooperativa Mista

dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, adotando a sigla COOESPERANÇA (ICAZA e FREITAS, 2006). Durante os anos que se seguiram, a cooperativa enfrentou várias dificuldades, e cogitou-se seu fechamento algumas vezes, mas o elevado número de dívidas impossibilitou esse processo. De acordo com relatos da Irmã Lourdes, trabalhou-se no sentido de estimular os grupos a assumirem a gestão do terminal de comercialização, apoiados somente pelo Projeto Esperança. Nesse sentido, é possível perceber a latência de um dos princípios fundamentais da Economia Solidária, o da autogestão.

A partir de 1992 as atividades da cooperativa foram retomadas com maior intensidade e a comercialização nas feiras foi fortalecida, pois se trabalhou o comprometimento dos empreendedores através do estímulo da venda direta e eliminação dos intermediários, facilitando a identificação das preferências dos clientes por parte dos produtores. Surge então o Feirão Colonial Ecológico, realizado semanalmente e que se tornou uma das principais formas de os produtores exporem seus produtos aos consumidores. Ao mesmo tempo, representações dos grupos pertencentes ao Projeto participavam de eventos regionais e nacionais, com vistas a adquirir experiência e trazer novas ideias para as reuniões. Com o fortalecimento do Projeto, aumentou o número de grupos participantes do Feirão Colonial, o que fez germinar a ideia de realização de um evento na Região Central que abarcasse um maior número de grupos. Em julho de 1994 ocorre a 1ª Feira do Cooperativismo (FEICOOP), contando com 27 participantes de 13 municípios, e com público estimado de 4.000 pessoas (ICAZA e FREITAS, 2006). A feira, além de alavancar o faturamento dos produtores, serviu também como meio de divulgação dos trabalhos realizados pelo Projeto Esperança/Cooesperança no município e para fortalecer os laços entre os próprios produtores, no sentido de participação dentro de um grupo.

O final da década de 90 mostrou-se bastante positivo para o Projeto, boa parte em razão do apoio governamental nos níveis estadual e municipal. Dentre as contribuições do Governo Estadual, é fundamental destacar a construção de um novo pavilhão anexo ao terminal já existente para a comercialização dos produtos, além da ênfase em políticas públicas voltadas para a Economia Solidária e agricultura e agroindústria familiar. Algumas dificuldades se manifestaram diante da atuação da vigilância sanitária no Feirão Colonial e em outras feiras, mas que de certa forma serviram para a criação, em 2001, do selo Sabor Gaúcho por parte do

Governo do Estado. Este movimento estimulou a criação de um selo por parte do Projeto Esperança, o Sabor da Terra, que serviu para identificar os produtos vendidos no Feirão Colonial e para consolidar a seriedade do Projeto e de seus participantes, além de impactar positivamente na percepção dos clientes em razão da procedência dos produtos. Em termos de Governo Municipal, as contribuições se deram boa parte com a cessão de locais para realização de feiras, como a Praça Saldanha Marinho.

O ano de 2003 foi marcado pela criação da Teia Esperança, uma rede de pontos fixos de comercialização direta distribuída em 15 municípios⁴ da região central do Estado.

Quadro 4 – Resumo histórico do Projeto Esperança/Coesperança

Período	Características
1982 – 1987	Período anterior à fundação do Projeto Esperança, surgimento das primeiras ideias e das primeiras experiências inspirados no livro <i>A pobreza, riqueza dos povos</i> .
1987 – 1992	Fundação do Projeto Esperança como um setor do Banco da Esperança e criação da cooperativa Coesperança. Crise na cooperativa, seguida de fechamento temporário e reabertura.
1992 – 1998	O Terminal de Comercialização Direta é reaberto, e inicia-se um processo de recuperação e crescimento, vinculando-se à proposta de economia popular solidária. Em 1994 inicia-se a realização do Feirão Colonial Ecológico e ocorre a primeira Feira do Cooperativismo.
1999 – 2002	Impulso do apoio governamental, ampliação do Terminal de Comercialização Direta. O Projeto atinge novos patamares.
2003 – ...	Com a criação da Teia Esperança, ganha-se densidade nas redes de comercialização e consumo e se diversificam as atividades relacionadas a projetos de inclusão social.

Fonte: Icaza e Freitas, 2006 (adaptado pelo autor).

Além do Feirão Colonial, que pode ser considerado o carro-chefe da atuação do Projeto, e para alguns empreendedores a principal fonte de comercialização de seus produtos, é importante frisar que o Esperança/Coesperança adquiriu maior visibilidade com a realização da Feira Estadual do Cooperativismo e com a Feira de

⁴ Agudo, Caçapava do Sul, Estrela Velha, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Maria, Santana da Boa Vista, Santiago, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé e Tupanciretã.

Economia Solidária do Mercosul. No caso da Feicoop, a evolução de seus números⁵ atesta essa realidade, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2.

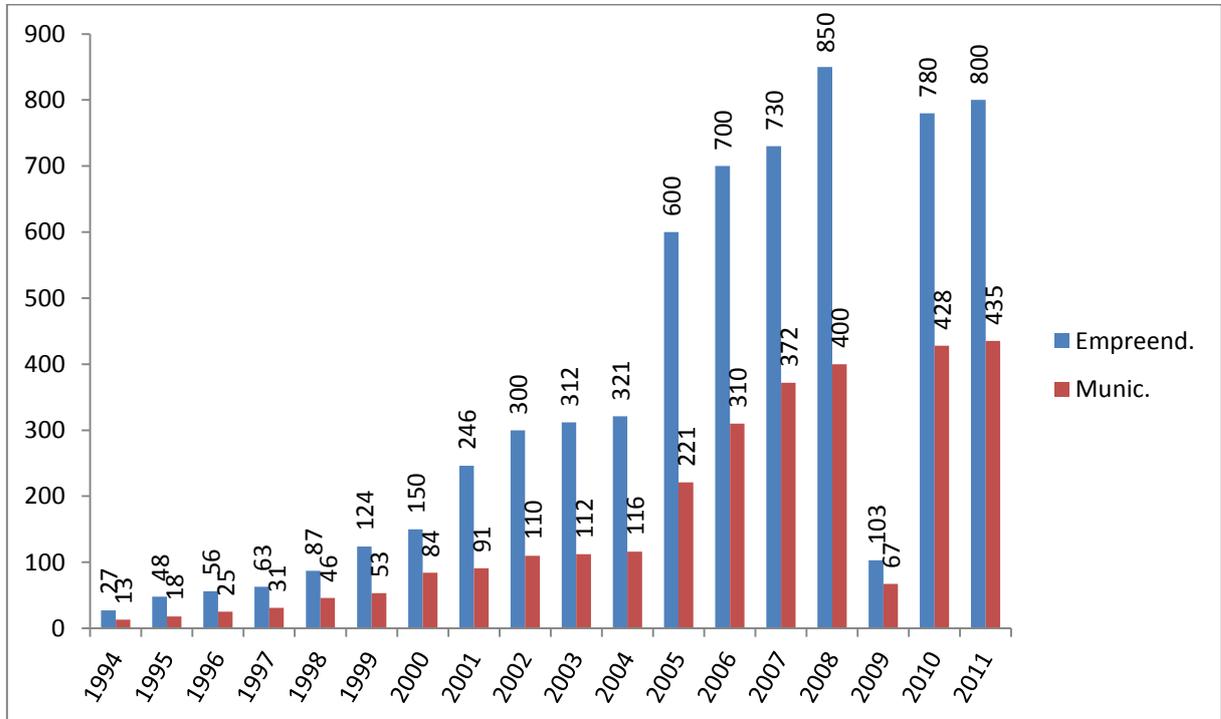


Figura 1 – Número de Empreendimentos e Municípios participantes em cada edição da Feira Estadual do Cooperativismo.

Fonte: Esperança/Cooperança, 2012 (adaptado pelo autor).

As maiores evoluções em número de empreendimentos participantes de um ano em relação a outro ocorreram nas edições de 1995, 2001, 2005 e 2010, com aumentos respectivos de 77,78%, 64%, 86,92% e 657,28%. O ano de 2010 não pode ser considerado como referência, pois, no ano anterior, sob a alegação de risco de contaminação pela Gripe H1N1, uma ordem judicial cancelou a realização do evento. O crescimento observado no ano de 2005 em relação ao de 2004, tanto em termos de empreendimentos quanto de Municípios, foi influenciado principalmente pela realização da 1ª Feira de Economia Solidária do Mercosul.

Em relação ao número de municípios com empreendimentos na Feicoop, o ano de 1998 apresentou um crescimento de 48,39% em relação ao ano anterior, e de mais de 250% em relação à primeira edição, realizada quatro anos antes. A décima oitava edição (2011) contou com 435 Municípios e 800 empreendimentos,

⁵ Para um maior detalhamento dos números da Feicoop, vide Apêndice B – Números da Feira Estadual do Cooperativismo.

sendo considerado o maior de todos os eventos. A evolução total em relação ao número de Municípios participantes, consideradas a primeira e a décima oitava edições foi de mais de 3200% (435 Municípios nesta ante 13 naquela).

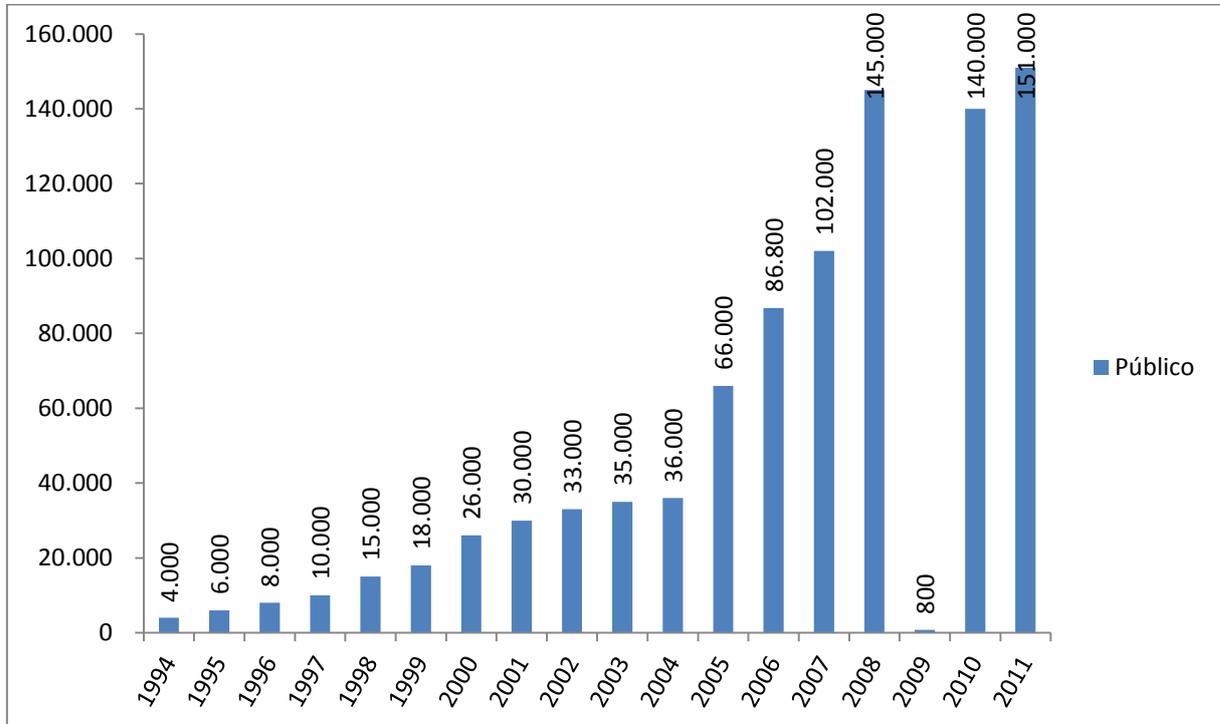


Figura 2 – Número total de participantes por edição da Feira Estadual do Cooperativismo.

Fonte: Esperança/Cooperança, 2012 (adaptado pelo autor).

O número total de participantes por edição da Feicoop teve um aumento significativo também no ano de 2005 com a realização simultânea da Feira do Mercosul, e com exceção aos anos de 2009 e 2010, este indicador manteve-se sempre em ascensão.

O Regimento Interno do Projeto Esperança/Cooperança o descreve como uma organização sem fins lucrativos criada para fortalecer a organização, a produção, a Economia Solidária, a agricultura e a agroindústria familiar, para geração de trabalho e renda. A finalidade do projeto é promover a articulação e o fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que os indivíduos possam trabalhar e exercer seus direitos à cidadania, dignidade e inclusão social (ESPERANÇA/COOPERANÇA, 2008). Os empreendimentos associados sobrevivem de seu próprio trabalho, e contam com o auxílio do projeto para comercialização de seus produtos em feiras por ele promovidas, cabendo uma

porcentagem das vendas apenas para a manutenção do espaço físico em que as mesmas ocorrem.

Os princípios norteadores do Projeto, constantes de seu Regimento Interno, vão ao encontro dos objetivos de fomento da Economia Solidária para promoção da transformação social, sem deixar de lado a preocupação com as questões ambientais e também com a sustentabilidade. Dentre os princípios, destacam-se (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2008):

- Cooperação, solidariedade, autogestão, comprometimento e participação;
- Produção agroecológica;
- Desenvolvimento solidário e sustentável;
- Trabalho coletivo e resultados partilhados;
- Defesa da vida, do meio ambiente e da agroecologia;
- Comércio justo e consumo ético e solidário;
- Construir o cooperativismo autêntico, popular e autogestionário;
- Valorização do trabalho organizado e cooperativado, acima do trabalho individual, e;
- Eliminar a relação de “patrão e empregado”.

5 RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 3 e 24 de março de 2012, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, durante o Feirão Colonial que acontece aos sábados pela parte da manhã. Em um primeiro momento foi realizado um contato com a Irmã Lourdes Dill, coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança, que cedeu espaço em uma das reuniões do Feirão para que se estabelecesse um primeiro contato do pesquisador com os participantes da feira, e para que fossem apresentados os objetivos do projeto de pesquisa e o questionário. A seguir, este foi distribuído entre os participantes e logo após, nas bancas daqueles que não estavam presentes na reunião.

A principal limitação da pesquisa ficou por conta do baixo número de retorno dos questionários, de aproximadamente 40%.

5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A coleta de dados permitiu traçar um perfil dos empreendedores do Feirão Colonial, a partir de questões específicas como Sexo, Idade, Escolaridade, Área de atuação, entre outras. Observou-se que há um equilíbrio no número de participantes de cada gênero: 52,94% dos respondentes são do sexo feminino, ante 44,12% do sexo masculino. Um indivíduo não assinalou resposta (2,94%). Esta diferença pouco significativa entre os gêneros permite inferir que o Feirão Colonial é um espaço de comercialização acessível a homens e mulheres. Já a faixa etária média dos participantes observada no Feirão foi de 52,8 anos.

A maioria dos empreendimentos têm seus participantes residentes no Município de Santa Maria – 73,53% dos respondentes, como se pode observar na Figura 3.

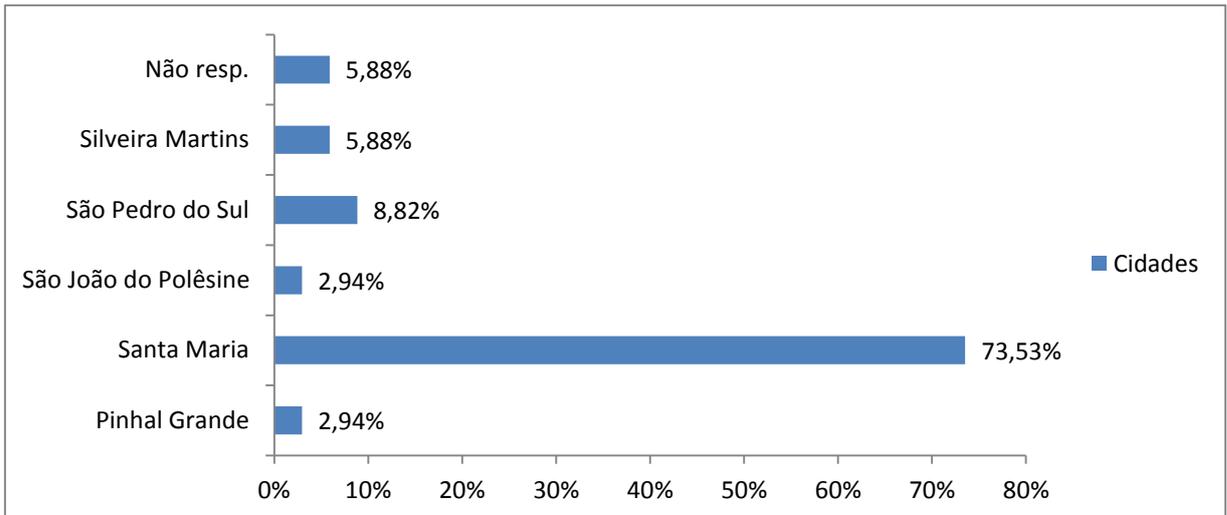


Figura 3 – Percentual de respondentes por Município de residência.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os demais municípios citados, Silveira Martins, São Pedro do Sul, São João do Polêsine e Pinhal Grande distam de Santa Maria, 31km, 40km, 46km e 104km, respectivamente (distâncias aproximadas).

Com relação ao nível de escolaridade dos pesquisados, constatou-se que a maioria (23,53%) não completou o Ensino Fundamental, e 20,59% iniciaram mas não concluíram o Ensino Médio, sendo estas as respostas mais assinaladas para a questão. Um maior detalhamento dos resultados pode ser observado na Figura 4.

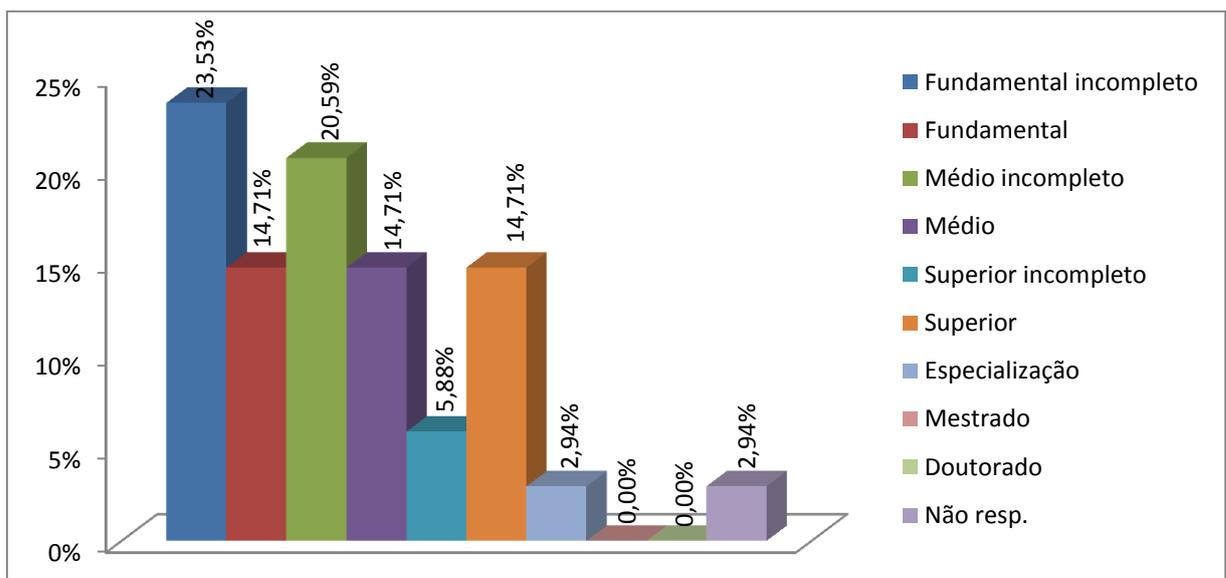


Figura 4 – Nível de escolaridade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe consideração o fato de 14,71% dos pesquisados terem concluído um Curso Superior, o que pode ser indicativo de que a Economia Solidária não seja apenas uma alternativa ao desemprego, mas ainda, uma forma de se obter renda complementar ou até mesmo uma opção pessoal do indivíduo. Os Cursos Superiores mencionados foram Administração, Psicologia e Serviço Social.

A pesquisa permitiu verificar também a área de atuação dos empreendimentos, bem como as atividades econômicas desenvolvidas. Com relação à área de atuação, 41,18% exercem atividades no meio rural, enquanto 55,88% trabalham no meio urbano – 2,94% não responderam ao questionamento. Acerca do ramo de atuação, a Figura 5 explicita os resultados.

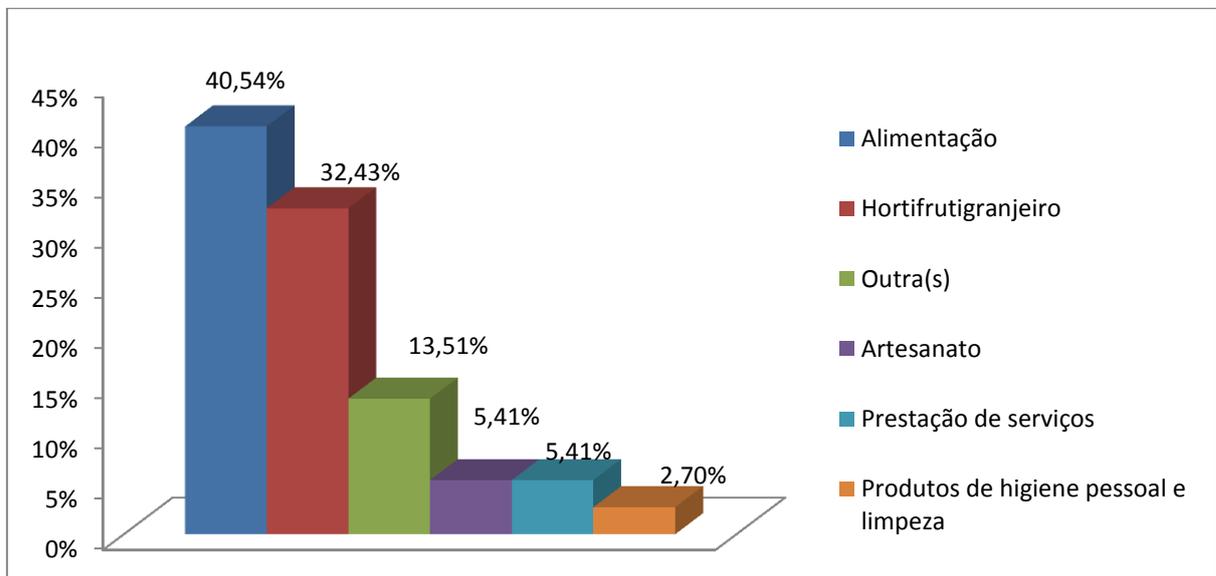


Figura 5 – Ramos de atuação dos empreendimentos.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os destaques ficaram por conta dos gêneros alimentícios, seguido pelo hortifrutigranjeiro, que, juntos, totalizaram 72,97% de todas as atividades econômicas. Outra consideração que pode ser feita é relativa aos ramos de atividade que não tiveram representantes na feira: Brinquedos, Cama, mesa e banho, Cultura e lazer, Decoração, Movelaria, Reciclagem e Vestuário. Nesse sentido, esta carência no Feirão Colonial pode se constituir em uma boa oportunidade de negócio para indivíduos do meio solidário se inserirem.

A renda mensal média oriunda dos empreendimentos ficou na faixa entre R\$ 501 a R\$ 1.500 (50% dos respondentes), como pode ser observado no detalhamento da Figura 6.

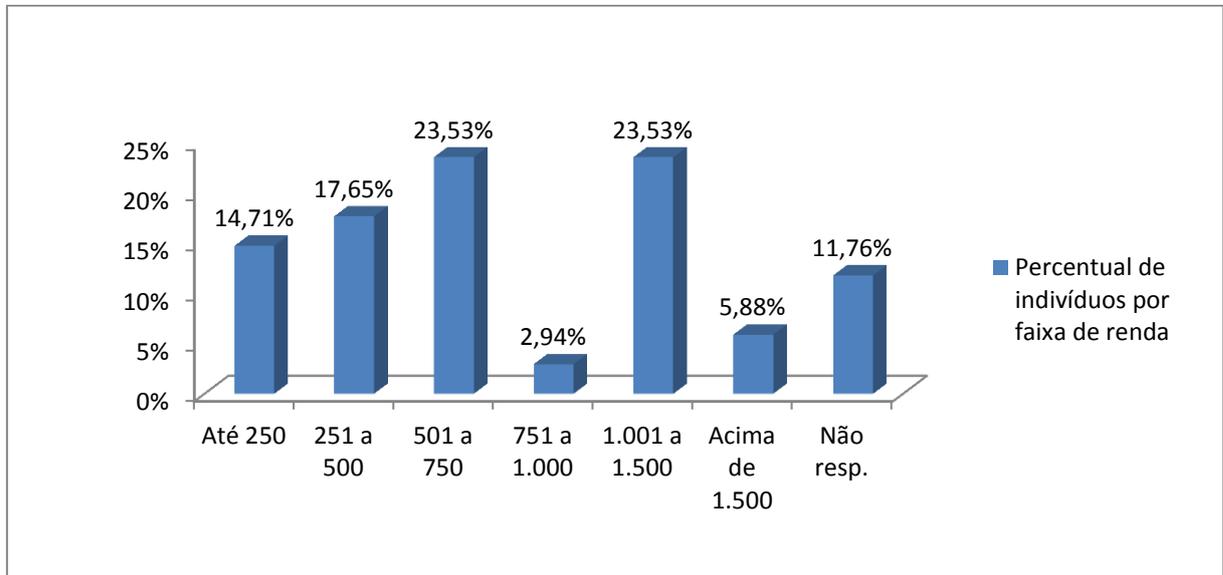


Figura 6 – Percentual de indivíduos por faixa de renda.

Fonte: elaborado pelo autor.

Aliado ao fator da renda mensal média do empreendimento, 41,18% dos indivíduos afirmou exercer outro tipo de atividade remunerada além de comercializar seus produtos. Dentre as atividades mencionadas, constaram atividades administrativas, trabalho em oficina mecânica e pesca. Já 55,88% afirmou não exercer outra atividade, e um indivíduo não respondeu ao questionamento. Ao serem questionados sobre qual o percentual aproximado da renda gerada pelo empreendimento seria oriundo da comercialização em feiras, 70,59% não soube responder. Os 29,41% restantes assinalaram respostas entre 3% e 100%, mas o reduzido número de observações não permite considerações mais aprofundadas.

Com relação à forma de comercialização dos produtos, 42,62% das pessoas afirmaram que a maior parte destes é vendida em feiras de final de semana, como no caso do Feirão Colonial, seguidos por 16,39% que comercializa em feiras de abrangência regional, estadual ou nacional. Isto perfaz um total de 59,02% dos empreendimentos tendo como principal fonte de comercialização as feiras. As demais formas de comercialização assinaladas, com os respectivos percentuais representativos são mostradas na Figura 7.

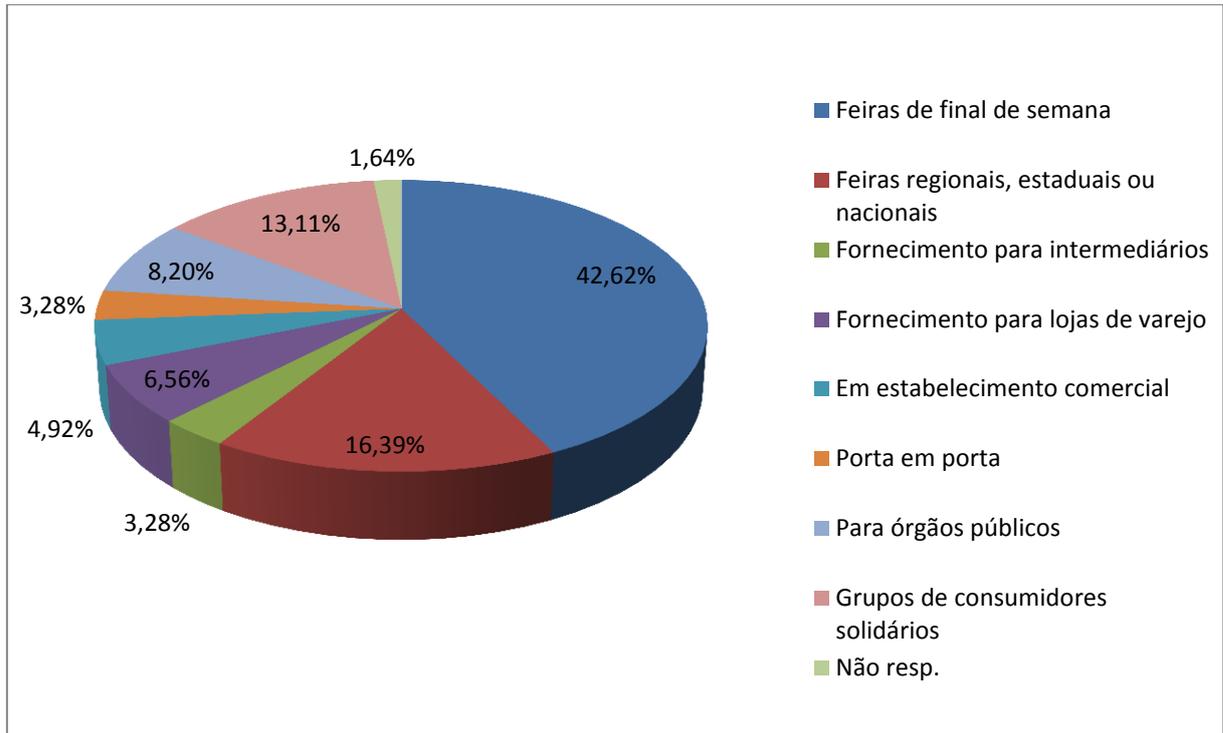


Figura 7 – Principais formas de comercialização dos produtos.

Fonte: elaborado pelo autor.

5.2 PERCEPÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PELOS EMPREENDEDORES NO FEIRÃO COLONIAL

O estudo procurou identificar em que medida as políticas públicas e as ações governamentais beneficiam os empreendimentos de Economia Solidária no Município de Santa Maria, e também avaliar a percepção dos mesmos com relação às atividades promovidas pelo Projeto Esperança/Coesperança.

Foi identificado que 50% dos entrevistados participaram de todas as sete edições da Feira de Economia Solidária do Mercosul, e outros 17,65% participaram de pelo menos duas edições. Do total, 26,47% afirmou nunca ter participado. Com relação à avaliação geral da referida feira, 67,65% dos indivíduos atribuíram conceito “Bom” ou “Excelente”, conforme detalha a Figura 8.

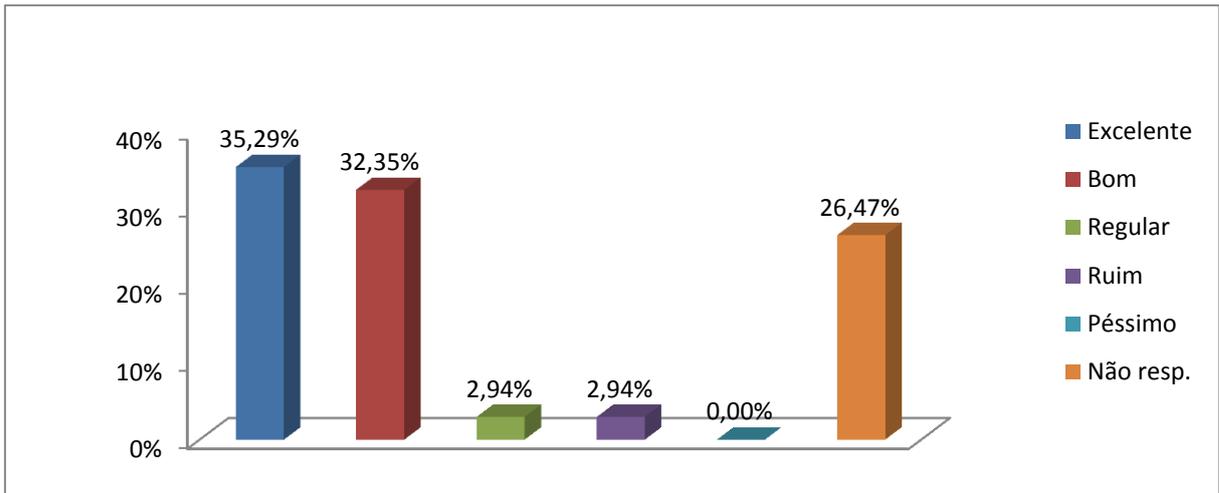


Figura 8 – Avaliação geral da Feira de Economia Solidária do Mercosul.

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao serem questionados sobre a participação nas próximas edições da Feira do Mercosul, 91,18% afirmou que pretende participar de sua oitava edição, a ser realizada no mês de julho de 2012, um indicativo de que mesmo aqueles que nunca participaram (26,47%), têm a intenção de fazê-lo.

Relativamente às iniciativas de capacitação e qualificação a que os empreendedores se submetem ou se submeteram, foi-lhes questionado se nos últimos quatro anos estes haviam participado de tais atividades. Os resultados podem ser observados na Figura 9, que detalha o tipo de capacitação/qualificação, bem como o percentual de participação em cada uma delas. Neste questionamento, foi permitida a marcação de mais de uma alternativa.

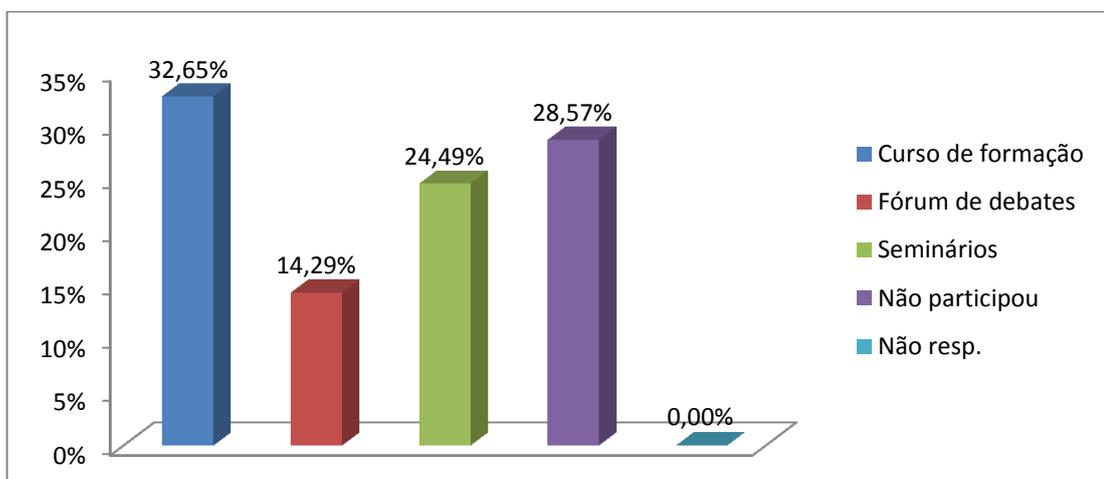


Figura 9 – Percentual de indivíduos participantes por tipo de atividades de capacitação/qualificação.

Fonte: elaborado pelo autor.

Verifica-se um predomínio considerável na participação em cursos de formação e em seminários, que totalizam 57,14%, e uma participação menor em fóruns de debates. Os fóruns de debate devem ser mais explorados como instrumentos de troca de experiência entre os empreendimentos de Economia Solidária, pois diferentemente dos cursos de formação e dos seminários, os fóruns possibilitam um diálogo mais direto entre as partes envolvidas. Ainda com relação aos dados expostos, uma parcela significativa, representada por 28,57% dos indivíduos, não participou de nenhum dos tipos de iniciativas. Considerando que o período em questão abordado foi de quatro anos, este número pode ser considerado alarmante. Resta a tentativa de identificar o motivo da não participação desta parcela em nenhuma das ações mencionadas. Uma das possibilidades é de não terem sido oferecidas capacitações suficientes, ou então, de não haver uma divulgação adequada destas ações. Ainda, é possível que a não participação destas pessoas tenha se dado pela acomodação, ou seja, por estarem satisfeitas com a atual perspectiva de seus negócios.

Apesar do percentual significativo observado no quesito anterior, relativo às pessoas que não participaram de ações de capacitação/qualificação, 47,06% dos entrevistados afirmaram realizar cursos ou treinamentos com frequência, conforme os resultados expostos na Figura 10, a seguir.

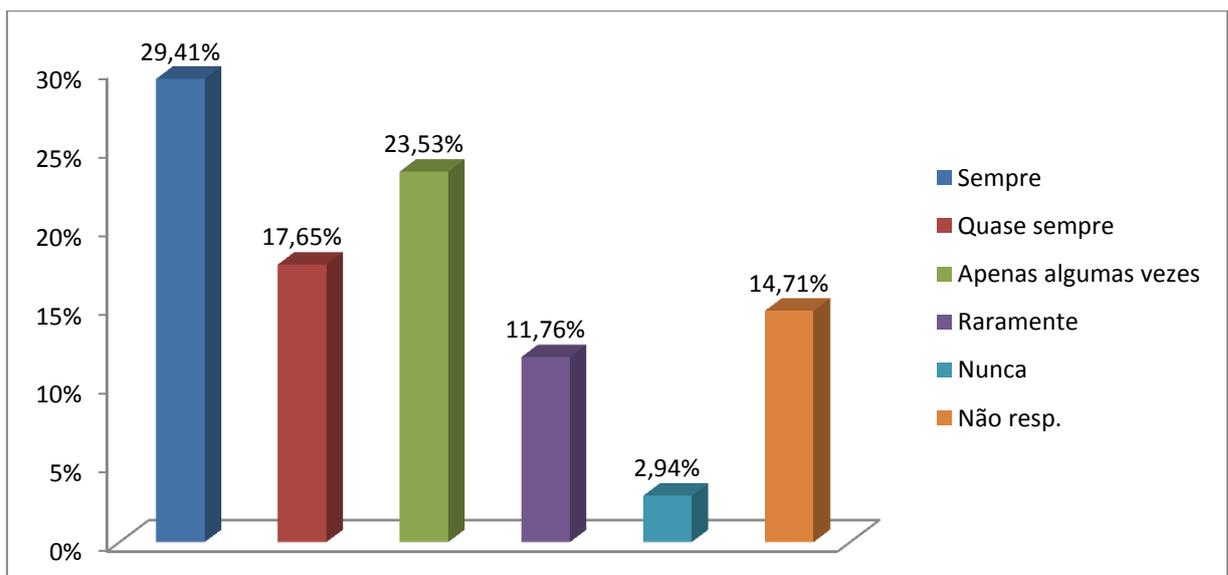


Figura 10 – Frequência com que realiza cursos ou treinamentos.

Fonte: elaborado pelo autor.

A motivação para participação na Economia Solidária ou para o início do empreendimento também foi perquirida. As três alternativas mais assinaladas foram Cooperação, Novas experiências e Necessidade de complementação de renda. Com relação a esta última alternativa, não é surpresa o fato de ter sido escolhida por 26,42% dos respondentes, visto que a Economia Solidária mostra-se como uma alternativa ao desemprego, conforme explicitado na Revisão da Literatura deste trabalho. No entanto, esta não foi a alternativa com maior número de respostas. A Figura 11 auxilia o esclarecimento desta questão.

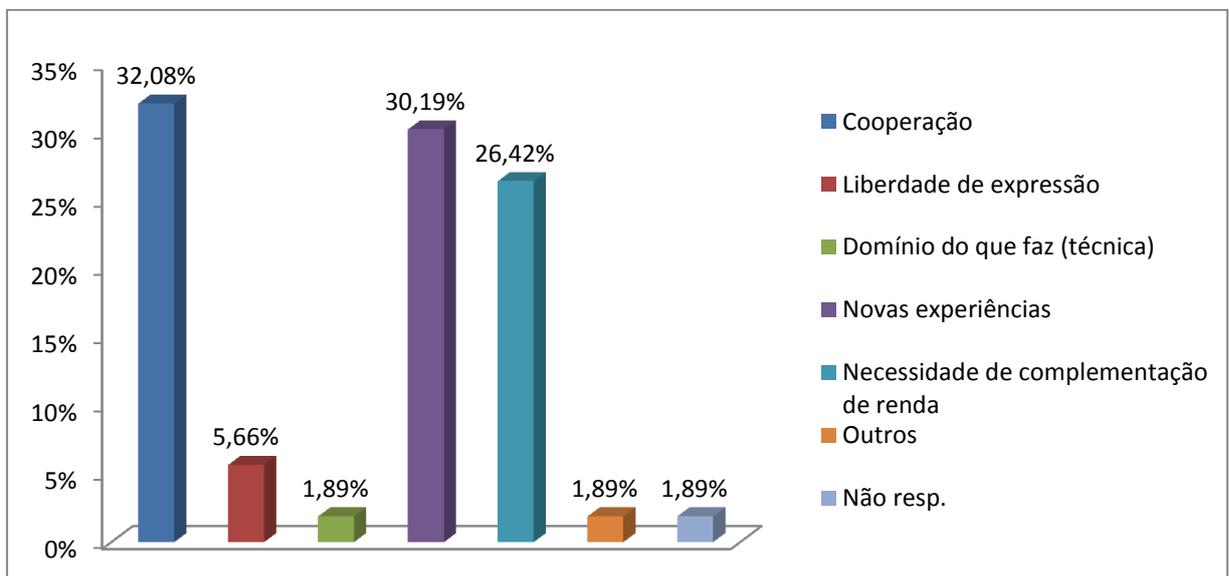


Figura 11 – Fatores preponderantes para participação em Economia Solidária.

Fonte: elaborado pelo autor.

Esta observação deve ser analisada em conjunto com outro fator a ser levado em consideração, qual seja, os motivos que levaram à criação do empreendimento. Observou-se que 41,07% dos participantes afirmou ter criado o empreendimento solidário ou como alternativa ao desemprego, ou como fonte complementar de renda. No entanto, o segundo fator mais assinalado foi “Desenvolvimento de uma atividade em que todos podem ser considerados donos”, como demonstra a Figura 12.

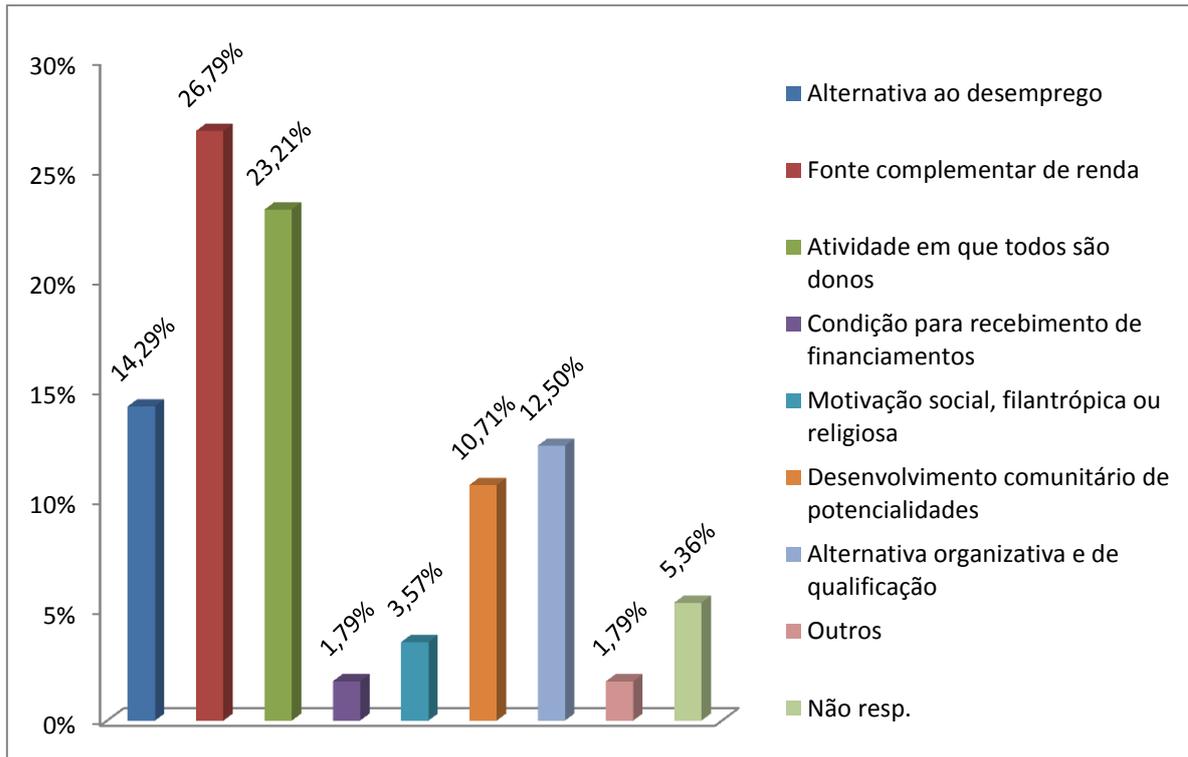


Figura 12 – Razões que motivaram a criação do empreendimento.

Fonte: elaborado pelo autor.

Isto, de certa forma, tira o foco central da atividade apenas da preocupação com o capital, principalmente se associado ao fato de 30,19% dos indivíduos terem afirmado que um dos motivos para participar do meio solidário é para adquirir “Novas experiências” (Figura 11).

Os participantes avaliaram ainda as condições gerais para o desenvolvimento das atividades de Economia Solidária no Município de Santa Maria. A partir da análise da Figura 13, verifica-se uma boa percepção dos respondentes com relação às condições oferecidas.

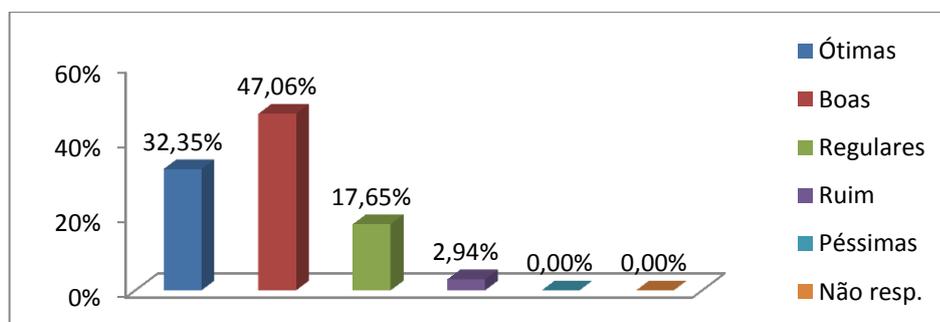


Figura 13 – Avaliação das condições gerais para desenvolvimento das atividades de Economia Solidária no Município de Santa Maria.

Fonte: elaborado pelo autor.

É digno de nota o fato 97,06% das pessoas opinarem que as condições para o desenvolvimento das atividades no Município são “Regulares”, “Boas” ou “Ótimas”. Isto pode estar relacionado ao fato de Santa Maria ter um espaço específico destinado à comercialização, o Centro de Referência de Economia Solidária, que contou com o apoio dos governos Municipal na cessão do espaço para construção dos pavilhões.

Com relação à atuação do Governo Municipal, procurou-se avaliar o conhecimento dos participantes da pesquisa com relação à Lei Municipal 5.150/2008, instituidora do Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária no âmbito desta esfera governamental. De todos os entrevistados, apenas 17,65% afirmou não ter nenhum conhecimento sobre a referida Lei, e 2,94% não assinalou nenhuma alternativa. Do restante, 32,35% afirmou ter bastante conhecimento sobre o conteúdo desta Lei, e 47,06% informou ter algum conhecimento sobre a mesma.

A avaliação geral da atuação do Governo Municipal, no entanto, não refletiu o fato de 32,35% acreditarem que as condições para desenvolvimento das atividades em Santa Maria serem ótimas, conforme observado na Figura 13, anteriormente. Neste quesito, a atuação do Governo foi avaliada pela maioria apenas como “Regular”, como elucida a Figura 14.

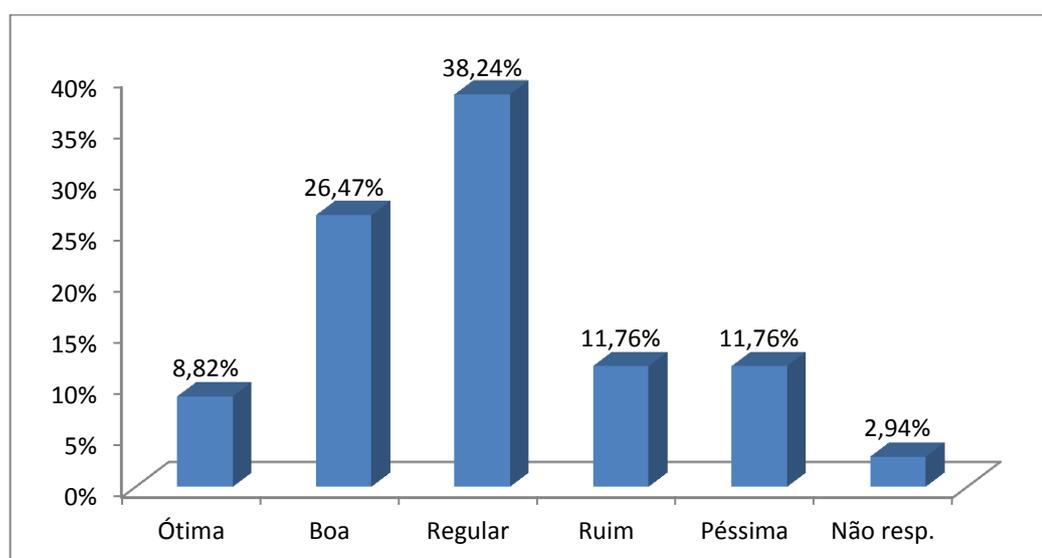


Figura 14 – Avaliação geral da atuação do Governo Municipal para com os empreendimentos de Economia Solidária.

Fonte: elaborado pelo autor.

No entanto, a situação não pode ser considerada das piores se for avaliado que 23,53% consideraram este item “Ruim” ou “Péssimo”, diante dos 73,53% que consideraram a atuação governamental pelo menos “Regular”.

A seguir, buscou-se identificar se os empreendimentos tiveram algum apoio para o início de suas atividades e, em caso positivo, de que tipo. Do total, 17,39% afirmou não ter tido nenhum tipo de apoio inicial, e 8,70% não respondeu à questão. Os demais resultados são descritos na Figura 15, a seguir.

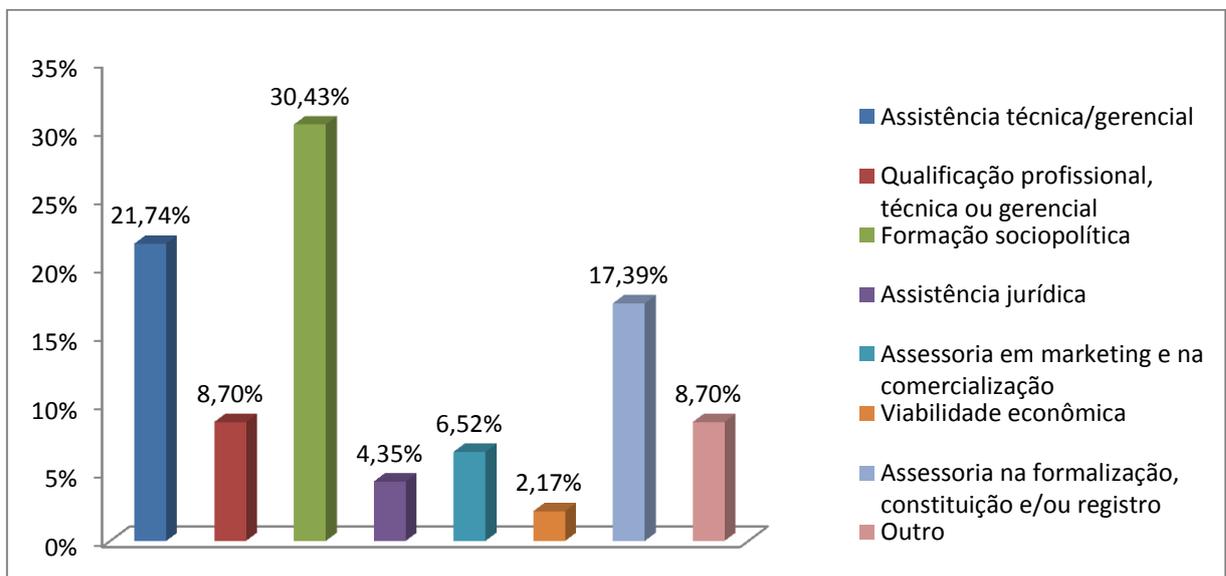


Figura 15 – Percentual de empreendimentos que receberam apoio para início das atividades (por tipo de apoio).

Fonte: elaborado pelo autor.

Aos empreendedores que afirmaram ter recebido apoio para o início das atividades, foi perguntado que tipo de entidade forneceu este apoio, cujos resultados podem ser observados na Figura 16.

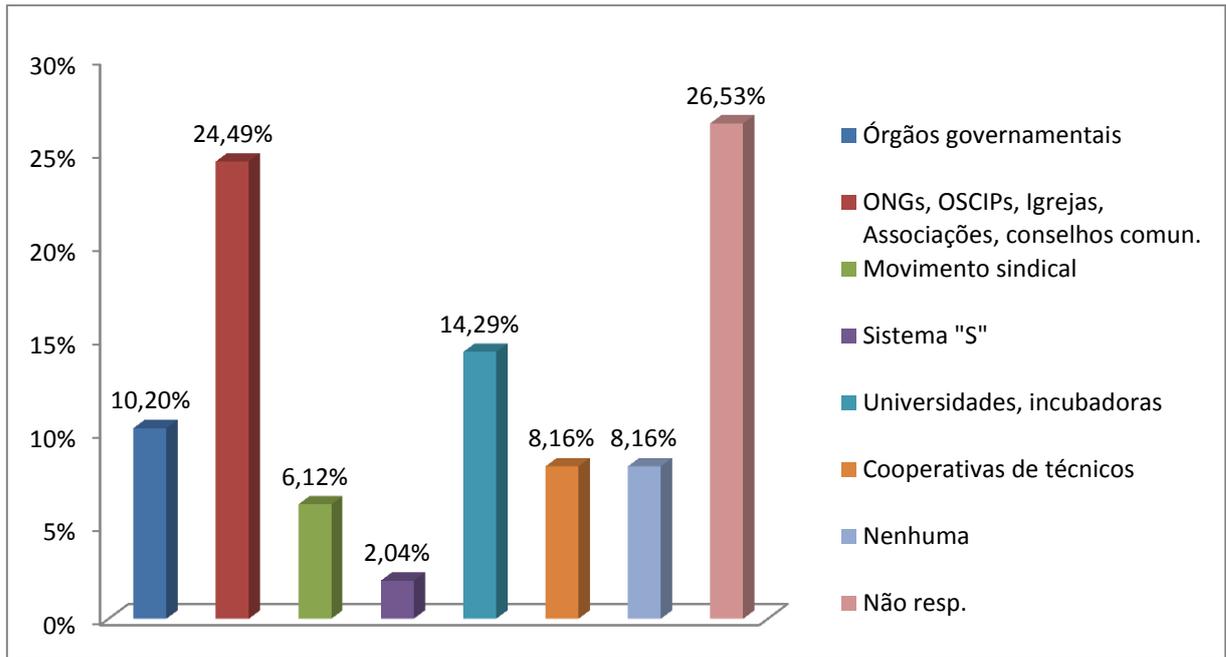


Figura 16 – Tipos de entidades apoiadoras citadas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Dentre as entidades mais citadas estão as Igrejas e o Projeto Esperança/Coesperança.

Relativamente ao Projeto Esperança/Coesperança, foi questionado aos participantes da Feira qual seria seu nível de conhecimento acerca do mesmo. Quase 80% dos respondentes afirmou ter um conhecimento amplo do Projeto. A seguir, foi perguntado de que tipo de atividades promovidas pelo Projeto os mesmos teriam participado. Os resultados são demonstrados pela Figura 17.

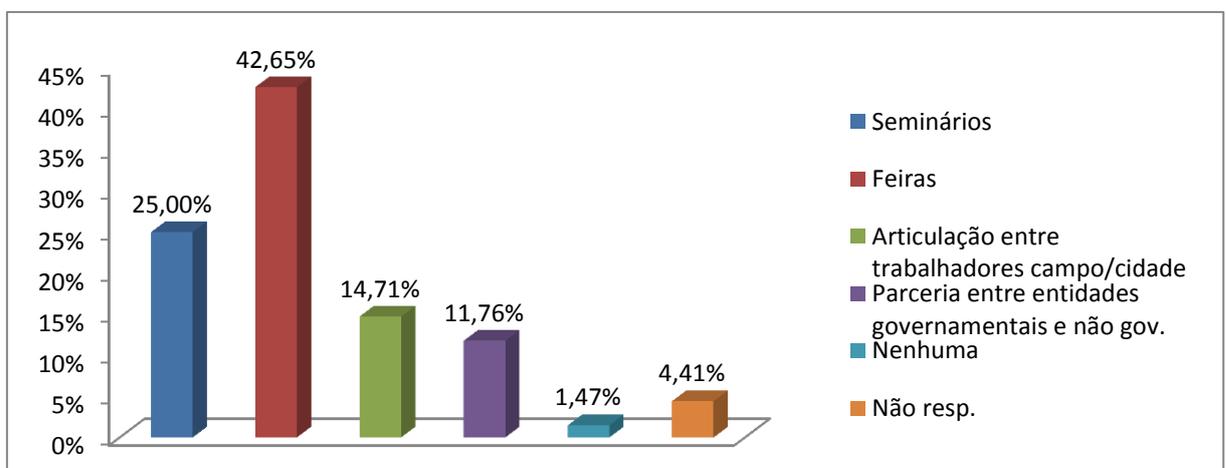


Figura 17 – Atividades promovidas pelo Projeto Esperança/Coesperança mais mencionadas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Se for excluída a opção “Feiras”, cabe destacar que pelo menos 51,47% dos indivíduos participou de algum outro tipo de atividade promovida pelo projeto, indicativo este de que os empreendedores não estão preocupados apenas com a comercialização direta, mas também com questões como aperfeiçoamento pessoal e profissional, ou ainda, com a possibilidade de discutir temas referentes à Economia Solidária, como revela a participação de 25% em “Seminários”.

No tocante à atuação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi perguntado aos entrevistados sobre o seu conhecimento acerca do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária. Do total, 26,47% afirmou conhecer bastante o Programa, 58,82% afirmou ter pouco conhecimento sobre o mesmo, e 5,88% afirmou desconhecê-lo. Os 8,82% restantes não responderam a esta questão. É interessante destacar, a partir dos dados apresentados, que mais de 85% dos respondentes ao menos têm ciência da existência do referido Programa. Na sequência, foi-lhes perguntado se a Lei Estadual n. 13.839/2011, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria programas de cooperativismo e Economia Solidária, além do Programa Gaúcho de Microcrédito, traria ou não benefícios diretos para os empreendimentos. Os resultados podem ser observados na Figura 18.

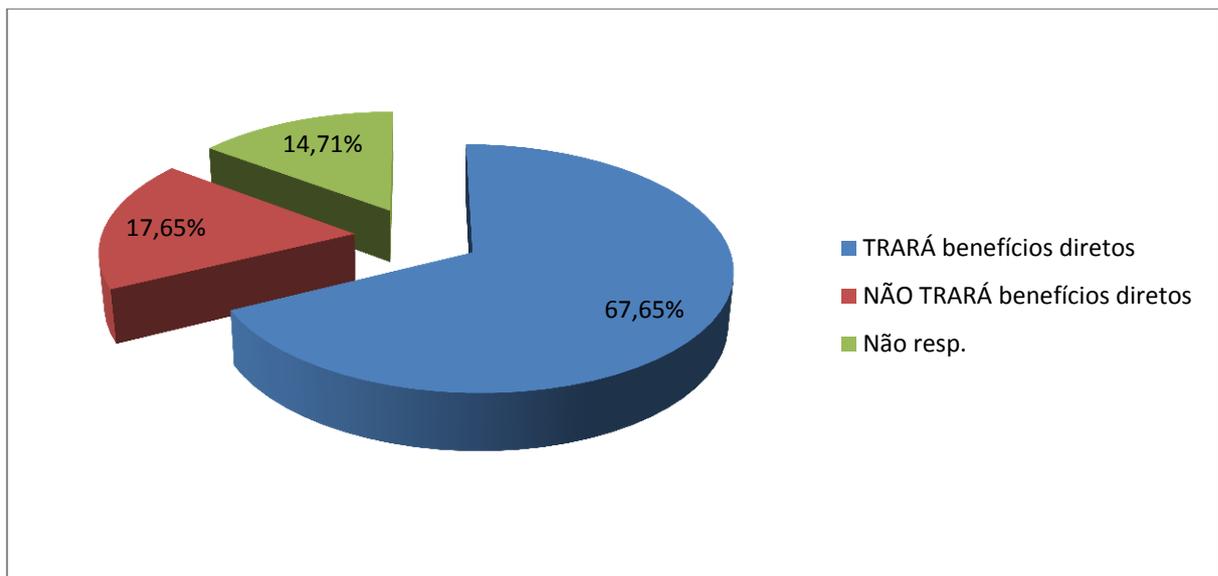


Figura 18 – Percepção dos empreendedores quanto ao impacto da Lei Estadual n. 13.839/2011.

Fonte: elaborado pelo autor.

A avaliação da atuação do Governo do Estado para com o tema Economia Solidária pode ser considerada boa, de modo geral. Do total de respostas, 58,82% a avaliaram como “Ótima” ou “Boa” (29,41% para cada uma das alternativas). O gráfico da Figura 19 desdobra esta avaliação.

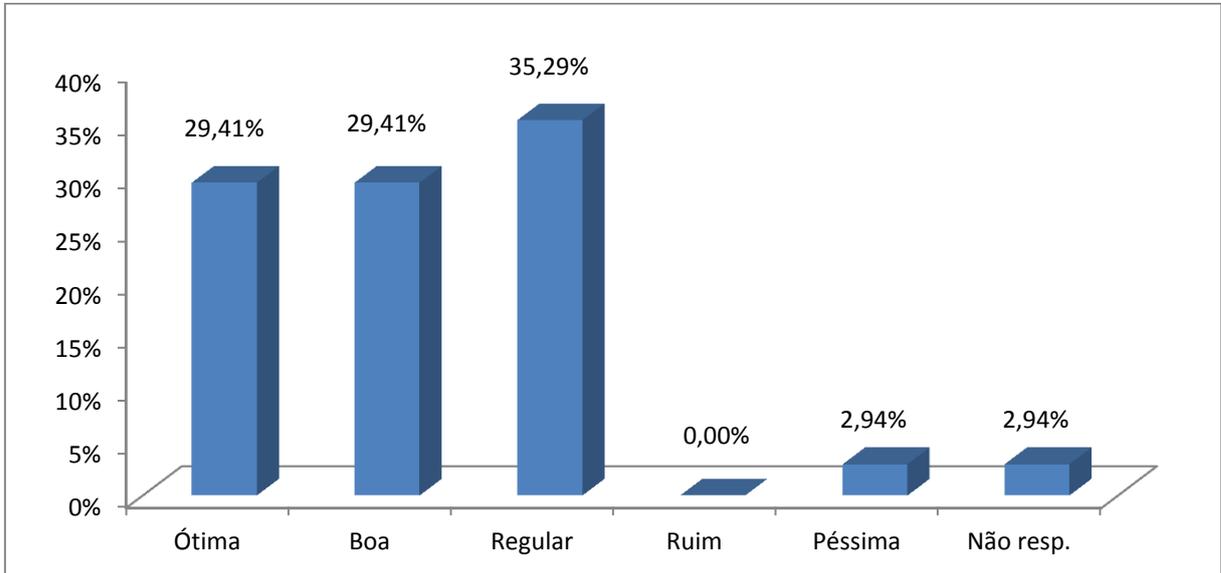


Figura 19 – Avaliação geral da atuação do Governo do Estado para com os empreendimentos de Economia Solidária.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na esfera federal, buscou-se avaliar a percepção dos participantes da pesquisa em relação a atuação do Governo, como aconteceu com as demais esferas, e ainda, identificar de quais programas de apoio os entrevistados teriam conhecimento. Com relação ao primeiro item, os resultados são apresentados na Figura 20, a seguir.

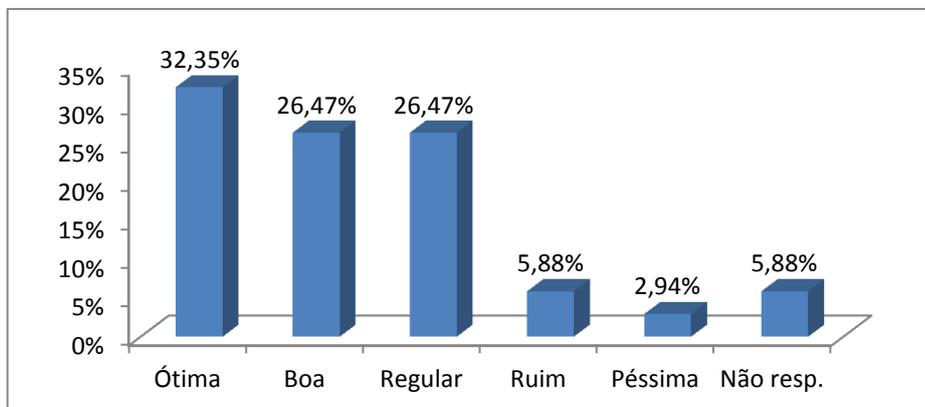


Figura 20 – Avaliação geral da atuação do Governo Federal para com os empreendimentos de Economia Solidária.

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando-se esta avaliação com a que se refere ao Governo do Estado, nota-se uma pequena vantagem por parte do Governo Federal na percepção dos pesquisados. No entanto, a discrepância é maior ao compararmos os governos Federal e Estadual com o Municipal. Uma das hipóteses pode estar relacionada às preferências políticas dos indivíduos, dado que as esferas Federal e Estadual possuem Chefes do Executivo vinculados ao mesmo partido político, o que não ocorre na esfera Municipal. De maneira geral, 58,82% dos entrevistados vê com bons olhos a atuação do Governo Federal (avaliação “Ótima” ou “Boa”). Este índice sobe para 85,29% se forem excluídas apenas as avaliações “Ruim” e “Péssima”.

Com relação aos programas do Governo Federal mais citados na pesquisa, os destaques ficaram por conta do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como demonstrado na Figura 21.

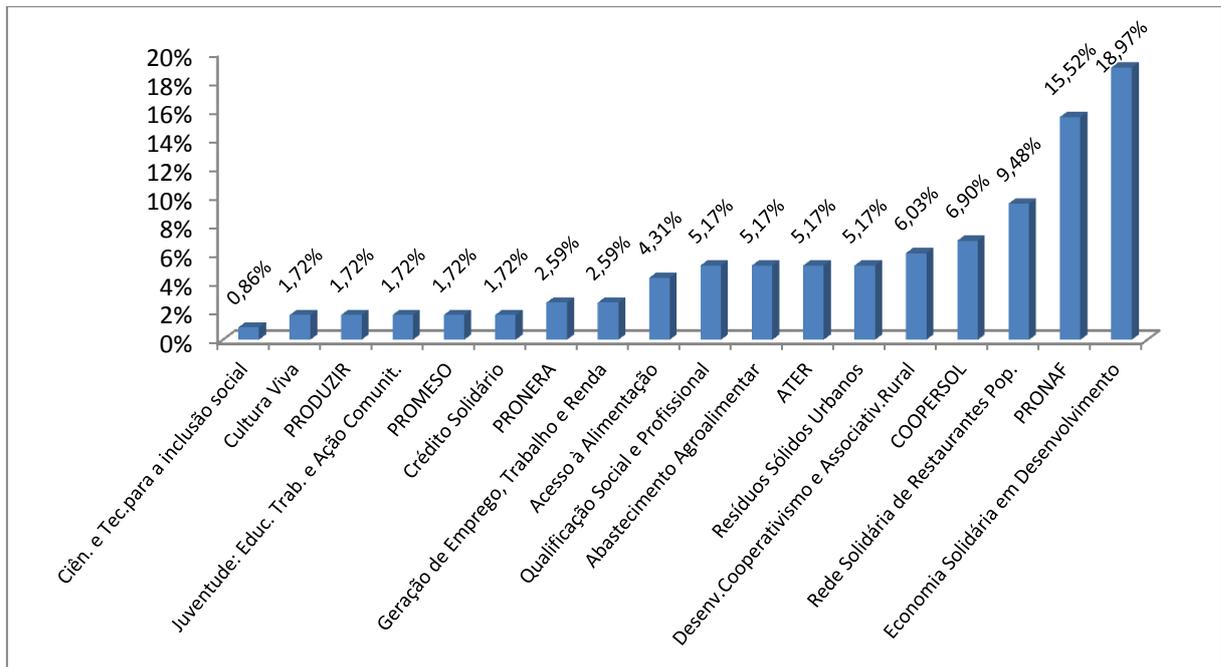


Figura 21 – Programas do Governo Federal.

Fonte: elaborado pelo autor.

Positivamente, verifica-se que dos cinco programas de Governo mais citados, que representam 56,90%, pelo menos quatro (que totalizam 41,38% das respostas) são voltados especificamente para Economia Solidária e/ou cooperativismo, o que

pode indicar uma postura governamental que inclui o tema fortemente em sua agenda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou identificar o perfil dos participantes de empreendimentos de Economia Solidária presentes no Feirão Colonial, realizado aos sábados pela manhã no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter.

As principais limitações do trabalho ficaram por conta do baixo retorno do número de questionários distribuídos, em torno de 40%, como mencionado anteriormente, e por sua aplicação ter se restringido apenas aos empreendimentos participantes do Feirão Colonial durante o mês de março. Estas limitações dificultaram a realização de inferências para o restante da população.

Foi contatado que os indivíduos participantes na condição de feirantes são de ambos os sexos, o que é revelado pelo equilíbrio entre homens e mulheres – 44,12% e 52,94%, respectivamente, somado a 2,94% que não assinalou nenhuma alternativa – com uma faixa etária média de 52,8 anos. Observou-se também que a maioria dos indivíduos (73,53%) reside no Município de Santa Maria, com o restante (26,47%) residindo em um raio de até aproximadamente 100km. Em uma análise de cunho geográfico, a localização do Município pode ser um fator importante, já que Santa Maria está situada no centro do Estado. Interessante também seria a replicação do estudo em outras cidades que possuam terminais de comercialização direta para verificar estes valores percentuais.

Ainda com relação ao perfil dos participantes, verificou-se o predomínio daqueles com formação de ensino Fundamental e Médio incompletos. Relativamente à área de atuação, o meio urbano levou vantagem sobre o rural, sendo 35,70% superior a este em número de indivíduos. Referente aos produtos gerados pelas atividades econômicas desenvolvidas identificou-se o predomínio dos gêneros alimentícios e dos hortifrutigranjeiros, totalizando 72,97% das respostas.

Outros fatores importantes na identificação do perfil dos empreendedores referem-se à renda média mensal gerada pelo empreendimento e ao percentual de renda oriundo da comercialização em feiras. Com relação ao primeiro item, verificou-se um predomínio nas faixas de renda entre R\$ 501 a R\$ 750, e entre R\$ 1001 e R\$ 1500. Já com relação ao segundo, infelizmente não foi obtido um número de respostas satisfatórias para permitir uma análise mais criteriosa, resultando em uma

limitação do trabalho. Por outro lado, pelo fato de 70,59% dos entrevistados não terem assinalado nenhuma resposta, isto pode ser um indicativo de que seja necessário algum tipo de capacitação na área de gestão para os participantes, para que possam exercer um melhor controle sobre o resultado de suas atividades. Por fim, nota-se entre os empreendedores o predomínio daqueles que comercializam a maior parte de seus produtos em feiras – 59,02%.

Como principais razões para participação no meio solidário, os três motivos mais citados foram “Cooperação”, “Novas experiências” e “Necessidade de complementação de renda”, perfazendo 88,68% das respostas. Aliado a isso, os principais motivos para a criação de um empreendimento solidário foram “Alternativa ao desemprego”, “Fonte complementar de renda” e “Participar de uma atividade em que todos podem ser considerados donos”, totalizando 64,29% das respostas assinaladas. Ainda com relação ao início das atividades, os tipos de auxílio mais citados foram “Assistência técnica ou gerencial” e de “Formação sociopolítica” (52,17%), com 17,39% afirmando que não recebeu nenhum tipo de apoio. Itens como “Assessoria para formalização” ou “Assistência jurídica” foram infimamente citados, o que poderia um argumento a se considerar no momento de elaborar políticas públicas orientadas para Economia Solidária.

Se, por um lado têm-se no Município boas condições para atuação no meio solidário⁶, por outro, o fato de os entrevistados assinalarem respostas associadas ao desemprego e a complementação de renda, pode ser um indicativo de que as políticas públicas em outras áreas não são tão eficazes. A avaliação da atuação governamental nas três esferas pode ser considerada boa, conforme os dados expostos no capítulo anterior, com uma ligeira vantagem para os governos Federal e Estadual, mas ainda assim demonstrando satisfação dos entrevistados com as políticas públicas oferecidas. A avaliação do Governo Municipal, baseada no maior número de respostas, pode ser considerada “Regular” (38,24%). Associado a isto está o fato de 32,35% dos pesquisados terem afirmado conhecer os ditames da Lei n. 5.150/2008, que pode indicar um não cumprimento de seus dispositivos relativamente ao fomento da Economia Solidária. A avaliação do Governo do Estado também foi avaliada pela maioria como “Regular” (35,29%), e em consonância com essa avaliação, 58,82% afirmou ter pouco conhecimento a respeito do Projeto de

⁶ Para mais informações sobre esta questão, vide Figura 13 – Avaliação das condições gerais para desenvolvimento das atividades de Economia Solidária no Município de Santa Maria.

Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária, um indicativo de que talvez as ações vinculadas a este não estejam beneficiando seu público-alvo. A esfera Federal recebeu o melhor conceito por parte dos entrevistados, com predomínio da avaliação “Ótima” (32,35%) referente à sua atuação para com empreendimentos de Economia Solidária, e os programas mais destacados foram o Economia Solidária em Desenvolvimento e o PRONAF. Além disso, o Governo Federal, se comparado ao Governo das demais esferas é o que mais oferece programas voltados para este assunto, fato relevante a ser considerado pela amplitude de seus públicos-alvo.

Analisa-se também a percepção dos empreendedores com relação às atividades do Projeto Esperança/Cooesperança. O fato de o Projeto desenvolver suas atividades principalmente em Santa Maria certamente contribuiu para que os respondentes atribuíssem um conceito “Ótimo” ou “Bom” para o questionamento sobre as condições para desenvolvimento da Economia Solidária no Município. De todos os entrevistados, 94,12% participaram de pelo menos um tipo de atividade promovida pelo Projeto, entre seminários, feiras, articulação entre trabalhadores do campo e da cidade e parcerias entre entidades governamentais e não governamentais.

Para consolidação das ações governamentais com enfoque na Economia Solidária, é imprescindível que além da inclusão das políticas públicas na agenda governamental, sejam desenvolvidos planos de ação para a execução das mesmas. Como observado neste trabalho, principalmente com relação ao Governo Federal, existem diversos programas e projetos dos quais os empreendedores do Feirão Colonial não têm conhecimento, e dos quais poderiam se beneficiar. Ainda, é fundamental que haja uma maior integração da atuação governamental, no sentido de coordenação e descentralização da execução das políticas, bem como o estabelecimento de elos perenes entre o Governo e entidades não governamentais, como o Projeto Esperança, por exemplo.

Como sugestões para trabalhos futuros, poder-se-ia replicar a pesquisa aplicada no Feirão Colonial, mesmo no Município de Santa Maria, mas incluindo outras feiras que ocorrem na cidade, ou então, realiza-la em outro Município. Caberia ainda uma investigação mais minuciosa junto aos beneficiários de cada uma

das políticas oferecidas, para verificar a percepção dos benefícios específicos que delas resultam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Maria L. P. **A teoria dos jogos e os oligopólios**. Online. Disponível em: <<http://www.caaei.org/anexos/33.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

BERGUE, Sandro T. **Comportamento organizacional**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

BRASIL LOCAL. Desenvolvimento e economia solidária. Online. Disponível em: <<http://www.brasillocal.org.br/oqueehoprojeto/comofunciona.html>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BRASIL. *Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003*. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm>. Acesso em: 08 fev. 2012.

_____. *Decreto n. 5.063, de 03 de maio de 2004*. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5063.htm>. Acesso em: 08 fev. 2012.

_____. *Lei Ordinária n. 10.683, de 28 de maio de 2003*. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683compilado.htm>. Acesso em: 08 fev. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 09 dez. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relatórios. Online. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=RS>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

_____. *Recomendação n. 1, de 24 de outubro de 2007*. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 out. 2008. Seção 1, p. 91. Online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/recomendacao_01.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2012.

BUZATTI, Alan P. **A economia popular solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho**. 2007. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Programa de Pós-graduação em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CÁRITAS. Cáritas realiza diversas atividades na 7ª Feira de EcoSol do Mercosul. Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/2011/07/06/caritas-realiza-diversas-atividades-na-7%C2%AA-feira-de-ecosol-mercotel-2/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORDEIRO, Sandra M. A. *et al.* Incubadora tecnológica de empreendimentos solidários – Intes/Uel: história e desafios. In: BORINELLI, Benilson. SANTOS, Luis M. L. PITAGUARI, Sinival Osório (orgs.). Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional, Londrina: UEL, 2010. Online. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA.pdf#page=125>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ELSTER, Jon. **A possibilidade da política racional**. In: RBCS, vol. 14, n. 39, fevereiro/1999. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v14n39/1720.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

ESPERANÇA/COOESPERANÇA. **A transformação pela solidariedade**: princípios norteadores, orientações gerais, regimento interno. Santa Maria: 2008.

_____. **Quem somos**. Online. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=34>. Acesso em: 29 fev. 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Jonathan M. **Estudo de caso sobre a satisfação do consumidor da feira de economia solidária em Santa Maria – RS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In: Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, Junho/2000. Online. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMIDE, Denise. Kibutzim: uma visão brasileira do modelo israelense de cooperativa integral. In: SOUZA, André R. CUNHA, Gabriela C. DAKUZAKU, Regina Y. (orgs.). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

ICAZA, Ana M. S. FREITAS, Marcelo R. (orgs.). **O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil**: relato de uma experiência. Santa Maria, abril/2006.

LAKATOS, Eva M. MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LECHAT, Noëlle M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Online. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

LEITE, Gisele. **Teoria das elites ou elitismo**. Online. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/21108>>. Acesso em: 08 jan. 2012.

LEVINE, David M. BERENSON, Mark L. STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 2008.

LIMA, Jacob C. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. In: RBCS, v. 19, n. 56, p. 46-62, outubro/2004. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

LOUREIRO, Maria R. ABRUCIO, Fernando L. **Política e reformas fiscais no Brasil recente**. In: Revista de Economia Política, v. 24, n. 1 (93), janeiro-março/2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/93-5.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

LOVATO, Adalberto. EVANGELISTA, Mário L. S. GÜLLICH, Roque I. da C. **Metodologia da pesquisa: normas para apresentação de trabalhos: redação, formatação e editoração**. 2. ed. Três de Maio: SETREM, 2007.

LUCAS, Andreza D. P. RAMOS, Francisco S. Condições de existência de empresas no mercado de Economia de Comunhão: uma abordagem de Teoria dos Jogos. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 26., 2006, Fortaleza. **Anais...** Abepro, 2006.

MALMEGRIN, Maria L. **Gestão operacional**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

_____. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal – 2005**. Relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003. Online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

MISEREOR. Online. Disponível em: <<http://www.misereor.org/pt/about-us.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MORAIS, Edson E de. LANZA, Fábio. SANTOS, Luiz M. L dos. PELANDA, Sílvia S. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. In:

Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 67-88, janeiro-março/2011. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

MOTTA, Fernando C. P. VASCONCELOS, Isabella F. G de. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NEVES, José M. **Pesquisa qualitativa**: características usos e possibilidades. In: Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, n. 3, 2 sem./1996. Online. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

PAEZ, Luis F. V. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

PEREIRA, Maria C. C. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Online. Disponível em: <http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/Image/conteudo/artigos_teses/historia/dissert_brasil_arg_fab_ocup.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **IPEA**. Mercado de trabalho. Ago. 2004. Online. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2011.

RESTREPO, Iván A. M. DÁVILA, Celia D. **El kibbutz desde el periodo pre-estatal (1945-1948) hasta finales del siglo XX**. In: Innovar, v. 16 n. 28, julho-dezembro/2006. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/inno/v16n28/v16n28a08.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). *Lei Ordinária n. 13.531, de 20 de outubro de 2010*. Online. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=55034&hTexto=&Hid_IDNorma=55034>. Acesso em: 25 fev. 2012.

_____. *Lei Ordinária n. 13.601, de 1º de janeiro de 2011*. Online. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=55663&hTexto=&Hid_IDNorma=55663>. Acesso em: 25 fev. 2012.

_____. *Lei Ordinária n. 13.839, de 5 de dezembro de 2011*. Online. Disponível em: <http://www.sesampe.rs.gov.br/upload/20111206170204lei_no._13.839__programa_gaucho_de_microcredito.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

_____. Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa. Perfil SESAMPE. Online. Disponível em: <<http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=91>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

RODRIGUES, Lady F. A. **Economia solidária**. In: Lato & Sensu, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, outubro/2003. Online. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/136.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTA MARIA (Município). *Lei n. 5.150, de 21 de agosto de 2008*. Online. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/2008/5150.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

SANTOS, Luis M. L. BORINELLI, Benilson. Socioeconomia solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, Benilson. SANTOS, Luis M. L. PITAGUARI, Sinival Osório (orgs.). *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*, Londrina: UEL, 2010. Online. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%203%81RIA.pdf#page=125>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SIMAN, Ângela M. **POLÍTICAS PÚBLICAS: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Online. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/doc/159441>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

SINGER, Paul. Economia solidária: **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 288-314, 2008. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, Daniela N de. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/05.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

SOUZA, André R. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André R. CUNHA, Gabriela C. DAKUZAKU, Regina Y. (orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas**. Rev. Nures. São Paulo. N. 5 janeiro-abril/2007. Online. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7336/5332>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

TERENCE, Ana C. F. ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **XVIII ENEGEP**. Online. Disponível em:

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf> Acesso em: 10 mai. 2012.

UFRGS. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Escola de Administração: adequada à NBR 14724 de 2011. Online. Disponível em: <http://www.ea.ufrgs.br/biblioteca/docs/2011/normas_2011.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

WESTPHAL, Vera H. **Diferentes matizes da ideia de solidariedade**. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 43-52 janeiro-junho/2008. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/04.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para levantamento de dados

QUESTIONÁRIO

O presente instrumento de pesquisa tem por objetivo auxiliar a identificar a percepção dos indivíduos detentores de empreendimentos de Economia Solidária com relação ao impacto das políticas públicas (municipais, estaduais e/ou federais) em seus empreendimentos, buscando responder ao problema de pesquisa “Na opinião dos empreendedores em Economia Solidária, em que medida as políticas públicas governamentais impactam em seus empreendimentos?”.

1. Sexo: () Fem. () Masc.
2. Idade: ____ anos.
3. Naturalidade: _____
4. Município em que reside: _____

5. Escolaridade:
 Fundamental incompleto
 Fundamental
 Médio incompleto
 Médio
 Superior incompleto
 Superior. Curso: _____
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado
6. Área de atuação:
 Rural () Urbana
7. Quais as atividades econômicas do empreendimento (marcar a (ou) as principais)
 Artesanato
 Hortifrutigranjeiro
 Alimentação
 Vestuário
 Cama, mesa e banho
 Decoração
 Moveleira
 Reciclagem
 Brinquedos
 Prestação de serviços
 Produtos de higiene pessoal e limpeza
 Cultura e lazer
 Outra(s)

8. Desde quando participa de feiras de Economia Solidária? _____
9. Qual é a renda média mensal do empreendimento?
 Até R\$ 250,00
 R\$ 251,00 a R\$500,00
 R\$ 501,00 a R\$750,00
 R\$ 751,00 a R\$1000,00
 R\$ 1001,00 a R\$1500,00
 mais de R\$1500,00
10. Exerce alguma outra atividade remunerada:
 Sim () Não.
 Se sim, qual? _____
 *Em caso de resposta negativa ao item 10, ignorar o item 11.
11. Aproximadamente qual o percentual de sua renda provém da venda de seus produtos/serviços em feiras de Economia Solidária? _____%
12. Participa/já participou da Feira de Economia Solidária do Mercosul?
 Sim () Não.
 Se sim, em que anos?
 2005 () 2006 () 2007 () 2008 () 2009
 2010 () 2011
 *Em caso de resposta negativa ao item 12, ignorar o item 13.
13. Qual a sua avaliação geral do evento?
 Excelente
 Bom
 Regular
 Ruim
 Péssimo
14. Pretende participar da 8ª edição da feira, que ocorrerá em 2012?
 Sim () Não
15. Nos últimos 4 anos, participou de algum evento de capacitação/qualificação (fóruns, cursos, etc.)?

- Sim Não
 Se sim, de que tipo?
 Curso de formação
 Fórum de debates
 Seminários
 Outro(s). Qual(is)?
-

16. Realiza cursos ou treinamentos que visam o aperfeiçoamento de suas atividades?

- Sempre
 Quase sempre
 Apenas algumas vezes
 Raramente
 Nunca

17. Qual o principal fator que motiva e faz você participar do meio solidário?

- Cooperação
 Liberdade de expressão
 Domínio do que faz (técnica)
 Novas Experiências
 Necessidade de complementação da renda
 Outro. Qual?
-

18. Como é feita a comercialização de produtos/ serviços (marcar as principais)?

- Em feiras de final de semana existentes nos municípios de atuação do grupo.
 Em feiras de abrangência regional, estadual ou nacional.
 Fornecimento para intermediários ou atravessadores.
 Fornecimento para lojas de varejo em geral.
 Em estabelecimento comercial (lojas) mantido pelo grupo.
 Por meio de visitas domiciliares (porta em porta).
 Fornecimento para órgãos públicos (merenda escolar, restaurantes, creches, etc).
 Grupo de consumidores solidários.
 Outro(s). Qual(is)?
-

19. Que razão(ões) motivou(aram) a criação do empreendimento?

- Alternativa ao desemprego
 Fonte complementar de renda
 Desenvolvimento de uma atividade em que todos podem ser considerados donos
 Como condição para recebimento de financiamentos ou outra forma de apoio
 Motivação social, filantrópica ou religiosa
 Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades

- Alternativa organizativa e de qualificação
 Outra. Qual?
-

20. Em sua opinião, as condições para o desenvolvimento de atividades de Economia Solidária no município de Santa Maria são:

- Ótimas
 Boas
 Regulares
 Ruins
 Péssimas

21. Qual o seu nível de conhecimento a respeito da Lei Municipal 5150/2008, que instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária, e criou seu Conselho Municipal?

- Conheço muito
 Conheço pouco
 Desconheço

22. Como você avalia a atuação do governo municipal para com os empreendimentos de Economia Solidária?

- Ótima
 Boa
 Regular
 Ruim
 Péssima

23. O empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assistência, assessoria ou capacitação para o início de suas atividades?

- Sim Não
 Se sim, de que tipo?
 Assistência técnica/gerencial
 Qualificação profissional, técnica, gerencial
 Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)
 Assistência jurídica
 Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviço
 Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)
 Assessoria na constituição, formalização ou registro
 Outro. Qual?
-

24. Que tipo de entidades forneceram o apoio?
 Órgãos governamentais. Qual?

- ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual?

- Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?
-

- () Sistema “S”. Qual?

- () Universidades, incubadoras, Qual?

- () Cooperativas de técnicos(as). Qual?

- () Outra. Qual?

25. Qual o seu conhecimento do Projeto Esperança/Cooesperança?

- () Conheço muito
() Conheço pouco
() Desconheço

26. Já participou de alguma atividade promovida pelo referido projeto?

- () Sim
() Não

Se sim, de que tipo?

- () Seminários
() Feiras
() Articulação entre trabalhadores do campo/cidade
() Parceria entre entidades governamentais ou não governamentais.
() Outra. Qual?

27. Qual o seu conhecimento a respeito do Projeto de Apoio e Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária do Governo Estadual?

- () Conheço muito
() Conheço pouco
() Desconheço

28. Como você avalia a atuação do Governo Estadual para com os empreendimentos de Economia Solidária?

- () Ótima
() Boa
() Regular
() Ruim
() Péssima

29. Em dezembro de 2011 foi editada a Lei Estadual 13.839, que institui a Política

Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria programas de cooperativismo e Economia Solidária, além do Programa Gaúcho de Microcrédito. Você acredita que esta medida irá trazer benefícios diretos?

- () Sim
() Não

30. Como você avalia a atuação do Governo Federal para com os empreendimentos de Economia Solidária?

- () Ótima
() Boa
() Regular
() Ruim
() Péssima

31. Qual destes programas de apoio você tem conhecimento?

- () Economia Solidária em Desenvolvimento
() Qualificação Social e Profissional
() Abastecimento Agroalimentar
() Rede Solidária de Restaurantes Populares
() Acesso à Alimentação
() Projeto ALFA Inclusão
() Projeto TERRA SOL
() Agricultura Familiar – PRONAF
() Educação do Campo – PRONERA
() Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural
() Programa Cultura Viva
() Organização Produtiva de Comunidades – PRODUIR
() Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – COOPERSOL
() Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER
() Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária
() Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO
() Ciência e Tecnologia para a inclusão social
() Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda
() Resíduos Sólidos Urbanos
() Programa Crédito Solidário

APÊNDICE B – Números da Feira Estadual do Cooperativismo

Edição	Ano	Empreend.	Evol. Anual	Evol. Total	Munic.	Evol. Anual	Evol. Total	Público	Evol. Anual	Evol. Total
1ª	1994	27	-	-	13	-	-	4.000	-	-
2ª	1995	48	77,78%	77,78%	18	38,46%	38,46%	6.000	50,00%	50,00%
3ª	1996	56	16,67%	107,41%	25	38,89%	92,31%	8.000	33,33%	100,00%
4ª	1997	63	12,50%	133,33%	31	24,00%	138,46%	10.000	25,00%	150,00%
5ª	1998	87	38,10%	222,22%	46	48,39%	253,85%	15.000	50,00%	275,00%
6ª	1999	124	42,53%	359,26%	53	15,22%	307,69%	18.000	20,00%	350,00%
7ª	2000	150	20,97%	455,56%	84	58,49%	546,15%	26.000	44,44%	550,00%
8ª	2001	246	64,00%	811,11%	91	8,33%	600,00%	30.000	15,38%	650,00%
9ª	2002	300	21,95%	1011,11%	110	20,88%	746,15%	33.000	10,00%	725,00%
10ª	2003	312	4,00%	1055,56%	112	1,82%	761,54%	35.000	6,06%	775,00%
11ª	2004	321	2,88%	1088,89%	116	3,57%	792,31%	36.000	2,86%	800,00%
12ª	2005	600	86,92%	2122,22%	221	90,52%	1600,00%	66.000	83,33%	1550,00%
13ª	2006	700	16,67%	2492,59%	310	40,27%	2284,62%	86.800	31,52%	2070,00%
14ª	2007	730	4,29%	2603,70%	372	20,00%	2761,54%	102.000	17,51%	2450,00%
15ª	2008	850	16,44%	3048,15%	400	7,53%	2976,92%	145.000	42,16%	3525,00%
16ª	2009	103	-87,88%	281,48%	67	-83,25%	415,38%	800	-99,45%	-80,00%
17ª	2010	780	657,28%	2788,89%	428	538,81%	3192,31%	140.000	17400,00%	3400,00%
18ª	2011	800	2,56%	2862,96%	435	1,64%	3246,15%	151.000	7,86%	3675,00%

Fonte: Esperança/Cooesperança, 2012 (adaptado pelo autor).

APÊNDICE C – Planilha de tabulação dos dados

1. Sexo	Ocorrências	Percentual
Feminino	18	52,94%
Masculino	15	44,12%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

2. Faixa etária média	Ocorrências	Média
	30	52,8 anos

3. Naturalidade	Ocorrências	Percentual
Cachoeira do Sul	1	2,94%
Faxinal do Soturno	1	2,94%
Formigueiro	2	5,88%
Júlio de Castilhos	3	8,82%
Nova Palma	1	2,94%
Porto Alegre	1	2,94%
Santa Maria	2	5,88%
Santiago	3	8,82%
São Pedro do Sul	3	8,82%
Silveira Martins	1	2,94%
Três Barras	1	2,94%
N.R	15	44,12%
Total	34	100,00%

4. Município de residência	Ocorrências	Percentual
Pains	1	2,94%
Pinhal Grande	1	2,94%
Santa Maria	24	70,59%
São João do Polêsine	1	2,94%
São Pedro do Sul	3	8,82%
Silveira Martins	2	5,88%
N.R	2	5,88%
Total	34	100,00%

5. Escolaridade	Ocorrências	Percentual
Fundamental incompleto	8	23,53%
Fundamental	5	14,71%
Médio incompleto	7	20,59%
Médio	5	14,71%
Superior incompleto	2	5,88%
Superior	5	14,71%
Especialização	1	2,94%
Mestrado	0	0,00%

Doutorado	0	0,00%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

6. Área de atuação	Ocorrências	Percentual
Rural	14	41,18%
Urbana	19	55,88%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

7. Atividades econômicas (MAIS ASSINALADAS)	Ocorrências	Percentual
Alimentação	15	40,54%
Hortifrutigranjeiro	12	32,43%
Outra(s)	5	13,51%
Artesanato	2	5,41%
Prestação de serviços	2	5,41%
Produtos de higiene pessoal e limpeza	1	2,70%
Brinquedos	0	0,00%
Cama, mesa e banho	0	0,00%
Cultura e lazer	0	0,00%
Decoração	0	0,00%
Movelaria	0	0,00%
N.R	0	0,00%
Reciclagem	0	0,00%
Vestuário	0	0,00%
Total	37	100,00%

8. Desde quando participa de feiras	Ocorrências	Percentual
1989	1	2,94%
1990	3	8,82%
1994	2	5,88%
1995	2	5,88%
1996	1	2,94%
1997	2	5,88%
1998	2	5,88%
1999	2	5,88%
2000	4	11,76%
2001	5	14,71%
2002	1	2,94%
2008	2	5,88%
2010	1	2,94%
2011	3	8,82%
N.R	3	8,82%
Total	34	100,00%

9. Renda média mensal empreendimento (R\$)	Ocorrências	Percentual
Até 250	5	14,71%
251 a 500	6	17,65%
501 a 750	8	23,53%
751 a 1.000	1	2,94%
1.001 a 1.500	8	23,53%
Acima de 1.500	2	5,88%
N.R	4	11,76%
Total	34	100,00%

10. Exerce outra atividade remunerada	Ocorrências	Percentual
EXERCE outra atividade	14	41,18%
NÃO EXERCE outra ativ.	19	55,88%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

11. Percentual de renda oriundo de feiras	Ocorrências	Percentual
3%	1	2,94%
10%	1	2,94%
20%	2	5,88%
50%	2	5,88%
70%	1	2,94%
80%	2	5,88%
100%	1	2,94%
N.R	24	70,59%
Total	34	100,00%

12. Participa/já participou da Feira do Mercosul	Ocorrências	Percentual
1 vez	1	2,94%
2 vezes	2	5,88%
3 vezes	2	5,88%
4 vezes	2	5,88%
5 vezes	0	0,00%
6 vezes	0	0,00%
7 vezes	17	50,00%
Nunca	9	26,47%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

13. Avaliação geral Feira do Mercosul	Ocorrências	Percentual
Excelente	12	35,29%
Bom	11	32,35%
Regular	1	2,94%
Ruim	1	2,94%
Péssimo	0	0,00%

N.R	9	26,47%
Total	34	100,00%

14. Pretende participar da edição de 2012	Ocorrências	Percentual
Sim	31	91,18%
Não	2	5,88%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

15. Últimos 4 anos, participou de capac/qualificação (MAIS ASSINALADAS)		
Curso de formação	16	32,65%
Fórum de debates	7	14,29%
Seminários	12	24,49%
Não participou	14	28,57%
N.R	0	0,00%
Total	49	100,00%

16. Realiza cursos ou treinamentos	Ocorrências	Percentual
Sempre	10	29,41%
Quase sempre	6	17,65%
Apenas algumas vezes	8	23,53%
Raramente	4	11,76%
Nunca	1	2,94%
N.R	5	14,71%
Total	34	100,00%

17. O que o faz participar da Economia Solidária (MAIS ASSINALADAS)		
Cooperação	17	32,08%
Liberdade de expressão	3	5,66%
Domínio do que faz (técnica)	1	1,89%
Novas experiências	16	30,19%
Necessidade de complementação de renda	14	26,42%
Outros	1	1,89%
N.R	1	1,89%
Total	53	100,00%

18. Como é feita a comercialização (MAIS ASSINALADAS)		
Feiras de final de semana	26	42,62%
Feiras regionais, estaduais ou nacionais	10	16,39%
Fornecimento para intermediários	2	3,28%
Fornecimento para lojas de varejo	4	6,56%
Em estabelecimento comercial	3	4,92%
Porta em porta	2	3,28%
Para órgãos públicos	5	8,20%
Grupos de consumidores solidários	8	13,11%

Outra(s)	0	0,00%
N.R	1	1,64%
Total	61	100,00%

19. Motivos que levaram a criação do empreendimento (MAIS ASSINALADAS)

Alternativa ao desemprego	8	14,29%
Fonte complementar de renda	15	26,79%
Atividade em que todos são donos	13	23,21%
Condição para recebimento de financiamentos	1	1,79%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	2	3,57%
Desenvolvimento comunitário de potencialidades	6	10,71%
Alternativa organizativa e de qualificação	7	12,50%
Outros	1	1,79%
N.R	3	5,36%
Total	56	100,00%

20. Condições para desenvolvimento da EcoSol em SM

Ótimas	11	32,35%
Boas	16	47,06%
Regulares	6	17,65%
Ruim	1	2,94%
Péssimas	0	0,00%
N.R	0	0,00%
Total	34	100,00%

21. Conhecimento da Lei Municipal 5150/2008

	Ocorrências	Percentual
Conhece muito	11	32,35%
Conhece pouco	16	47,06%
Desconhece	6	17,65%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

22. Avaliação do Governo Municipal

	Ocorrências	Percentual
Ótima	3	8,82%
Boa	9	26,47%
Regular	13	38,24%
Ruim	4	11,76%
Péssima	4	11,76%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

23. Teve algum apoio para o início das atividades (MAIS ASSINALADAS)

Assistência técnica/gerencial	10	21,74%
Qualificação profissional, técnica ou gerencial	4	8,70%
Formação sociopolítica	14	30,43%

Assistência jurídica	0	0,00%
Assessoria em marketing e na comercialização	2	4,35%
Viabilidade econômica	3	6,52%
Assessoria na formalização, constituição e/ou registro	1	2,17%
Outro	0	0,00%
Nenhum	8	17,39%
N.R	4	8,70%
Total	46	100,00%

24. Que entidades forneceram apoio (MAIS ASSINALADAS)

Órgãos governamentais	5	10,20%
ONGs, OSCIPs, Igrejas, Associações, conselhos comun.	12	24,49%
Movimento sindical	3	6,12%
Sistema "S"	1	2,04%
Universidades, incubadoras	7	14,29%
Cooperativas de técnicos	4	8,16%
Outras	0	0,00%
Nenhuma	4	8,16%
N.R	13	26,53%
Total	49	100,00%

25. Conhecimento do projeto Esperança/Coesperança

Conhece muito	27	79,41%
Conhece pouco	6	17,65%
Desconhece	0	0,00%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

26. Participou de atividade do projeto (MAIS ASSINALADAS)

Seminários	17	25,00%
Feiras	29	42,65%
Articulação entre trabalhadores campo/cidade	10	14,71%
Parceria entre entidades governamentais e não gov.	8	11,76%
Outras	0	0,00%
Nenhuma	1	1,47%
N.R	3	4,41%
Total	68	100,00%

27. Conhecimento do PAD de empreendimentos de EcoSol Gov. Est.

Conhece muito	9	26,47%
Conhece pouco	20	58,82%
Desconhece	2	5,88%
N.R	3	8,82%
Total	34	100,00%

28. Avaliação do Governo Estadual	Ocorrências	Percentual
Ótima	10	29,41%
Boa	10	29,41%
Regular	12	35,29%
Ruim	0	0,00%
Péssima	1	2,94%
N.R	1	2,94%
Total	34	100,00%

29. Lei Estadual 13839/2011 trará benefícios diretos	Ocorrências	Percentual
TRARÁ benefícios diretos	23	67,65%
NÃO TRARÁ benefícios diretos	6	17,65%
N.R	5	14,71%
Total	34	100,00%

30. Avaliação do Governo Federal	Ocorrências	Percentual
Ótima	11	32,35%
Boa	9	26,47%
Regular	9	26,47%
Ruim	2	5,88%
Péssima	1	2,94%
N.R	2	5,88%
Total	34	100,00%

31. Qual destes programas tem conhecimento (MAIS ASSINALADAS)		
Abastecimento Agroalimentar	6	5,17%
Acesso à Alimentação	5	4,31%
Agricultura Familiar – PRONAF	18	15,52%
Ciência e Tecnologia para a inclusão social	1	0,86%
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda	3	2,59%
Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural	7	6,03%
Economia Solidária em Desenvolvimento	22	18,97%
Educação do Campo – PRONERA	3	2,59%
Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária	2	1,72%
Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR	2	1,72%
Progr. Fomento Cooperativismo Agric. Familiar e EcoSol – COOPERSOL	8	6,90%
Programa Crédito Solidário	2	1,72%
Programa Cultura Viva	2	1,72%
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	6	5,17%
Projeto ALFA Inclusão	0	0,00%

Projeto TERRA SOL	0	0,00%
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	2	1,72%
Qualificação Social e Profissional	6	5,17%
Rede Solidária de Restaurantes Populares	11	9,48%
Resíduos Sólidos Urbanos	6	5,17%
Nenhum/N.R	4	3,45%
Total	116	100,00%